



Ferrovia Centro-Atlântica S.A. Demonstrações contábeis em 31/12/2011

Gerência de Contabilidade



Índice

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO..... | 3 |
| 2 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES..... | 7 |
| 3 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS..... | 9 |
| 3.1 – Balanços patrimoniais..... | 9 |
| 3.2 – Demonstrações do resultado..... | 10 |
| 3.3 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)..... | 11 |
| 3.4 – Demonstrações dos fluxos de caixa..... | 12 |
| 3.5 – Demonstrações do valor adicionado..... | 13 |
| 4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS..... | 14 |
| 4.1 – Contexto operacional..... | 14 |
| 4.2 – Apresentação das demonstrações contábeis..... | 15 |
| 4.3 – Resumo das principais políticas contábeis..... | 15 |
| 4.4 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos..... | 22 |
| 4.4.1 – Estimativas e premissas contábeis críticas..... | 22 |
| 4.4.2 – Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia..... | 22 |
| 4.5 – Caixa e equivalentes de caixa..... | 23 |
| 4.6 – Contas a receber de clientes..... | 24 |
| 4.7 – Estoques..... | 25 |
| 4.8 – Tributos a recuperar..... | 25 |
| 4.9 – Despesas antecipadas..... | 26 |
| 4.9.1 – Despesas de arrendamento pagas antecipadamente..... | 26 |
| 4.9.2 – Prêmios de seguro pagos antecipadamente..... | 27 |
| 4.10 – Demais contas a receber..... | 27 |
| 4.11 – Depósitos judiciais e provisão para contingências..... | 28 |
| 4.12 – Investimentos..... | 31 |
| 4.13 – Imobilizado..... | 31 |
| 4.14 – Intangível..... | 33 |
| 4.15 – Fornecedores..... | 34 |
| 4.16 – Obrigações fiscais..... | 35 |
| 4.17 – Obrigações sociais e trabalhistas..... | 35 |
| 4.18 – Arrendamentos e concessões a pagar..... | 35 |
| 4.19 – Provisões operacionais..... | 36 |
| 4.20 – Antecipação de clientes..... | 36 |
| 4.21 – Demais contas a pagar..... | 37 |
| 4.22 – Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC..... | 37 |
| 4.23 – Receitas diferidas..... | 37 |
| 4.24 – Patrimônio líquido..... | 37 |
| 4.25 – Receita..... | 39 |
| 4.26 – Custos e despesas por natureza..... | 39 |
| 4.27 – Despesas de benefícios a pessoal..... | 40 |
| 4.28 – Receitas (despesas) operacionais..... | 40 |
| 4.29 – Resultado financeiro..... | 41 |
| 4.30 – Imposto de renda e contribuição social..... | 42 |
| 4.31 – Informações por segmento de negócios..... | 42 |
| 4.32 – Partes relacionadas..... | 43 |
| 4.33 – Previdência complementar..... | 45 |
| 4.34 – Gestão de riscos financeiros..... | 47 |
| 4.35 – Compromissos..... | 50 |
| 5 – Declaração de revisão das demonstrações contábeis e do parecer de auditoria independente pelos diretores..... | 51 |
| 6 – ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES..... | 52 |



1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Presidente

Para a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), 2011 foi um ano de consolidação de seus negócios e planejamento para o plano de expansão da companhia. Notadamente, é cada vez maior a importância que o modal ferroviário exerce na matriz de transportes brasileira, e a FCA por meio de novos investimentos e na modernização de seus ativos, pretende contribuir ainda mais com a evolução do modal ferroviário.

Em 2011 a Companhia deu continuidade à remodelação e modernização de diversos trechos ao longo de sua malha ferroviária em busca de uma maior eficiência operacional. Também demos início a um grande processo de ampliação de pátios no intuito de comportar trens mais longos permitindo assim uma maior produtividade da malha. Ainda, a FCA juntamente com seus parceiros e clientes disponibilizou mais 750 novos vagões para circular em sua malha no ano de 2011. Todo esse investimento realizado pela companhia tem por objetivo aumentar sua produtividade e eficiência operacional contribuindo para o desenvolvimento do país.

Um dos principais valores da FCA é ter pessoas certas no lugar certo. Em 2011, a FCA por meio de diversas iniciativas como o desenvolvimento de uma nova etapa do programa de trainees que atingiu seu recorde de inscrições em 2011. Diversos outros programas foram implementados no ano que passou consolidando a crença da FCA de que a geração de valor para a companhia é resultado da valorização das pessoas.

No ano que passou contribuimos para o crescimento do Brasil e em 2012 não será diferente. Ainda temos um longo caminho pela frente e vamos trilhá-lo com toda a paixão que move nossa empresa.

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor-Presidente da Ferrovia Centro-Atlântica S.A.



Desempenho Operacional

Volume em milhões de TKU

| | 2010 | 2011 | Varição % |
|------------------|-----------------|-----------------|--------------|
| Agricultura | 6.935,2 | 6.417,1 | -7,5 % |
| Industrializados | 3.722,8 | 3.496,7 | -6,1 % |
| Siderurgia | 784,3 | 760,1 | -3,1 % |
| Total | 11.442,3 | 10.673,9 | -6,7% |

Em 2011, a produção foi de 10,7 bilhões de TKU (-6,7%), resultado menor do que a produção de 2010. O volume transportado foi de 25,8 milhões de TU com queda de (-3,1%) em relação ao ano anterior. Ao longo do ano, a produção foi fortemente impactada por conta do acidente no Terminal de Praia Mole, ocorrido no fim de 2010. Influenciando especialmente o volume transportado de fertilizantes, carvão e coque.

A conjuntura econômica internacional também influenciou na produção de 2011, a incerteza perante o cenário econômico externo, especialmente na segunda metade do ano, arrefeceram o desembolso dos investimentos e a demanda da economia mundial.

Todavia, a despeito da redução no volume transportado, a FCA apresentou uma evolução (+6,7%) em sua receita, devido à melhoria do *yield* (R\$/tku) por conta da priorização de rotas mais rentáveis,

Agricultura

No segmento agrícola, a FCA obteve em 2011 uma receita de R\$ 488,6 milhões (+0,9%) ante o mesmo período do ano anterior. O volume transportado em 2011 foi de 8,9 milhões de toneladas (- 5,2%) ante 2010. Os principais produtos transportados nesse segmento foram soja, farelo de soja e açúcar.

Industrializados

No transporte de produtos industrializados, a FCA apresentou crescimento de (+5,1%) na receita, em comparação a 2010, atingindo R\$ 367,5 milhões. O volume transportado apresentou queda de (-2,9%), alcançando 9,8 milhões de toneladas.

Siderurgia

No segmento de siderurgia, a FCA obteve em 2011 uma receita de R\$ 154,1 milhões (+12,5%) ante 2010. Por sua vez, o volume transportado apresentou uma redução (-0,9%), atingindo 7,2 milhões de toneladas.

Desempenho Financeiro

A receita bruta da FCA fechou o ano de 2011 em R\$ 1.183,9 milhões, uma evolução de (+3,1%), na mesma base, ante 2010. Ainda em 2011 a receita líquida apresentou uma expansão de (+ 4,1%) sobre o exercício anterior.

O maior destaque na receita foi relacionado à siderurgia (+12,5%), seguida pela receita de produtos industrializados (+5,1%) e por fim, a receita de produtos agrícolas que apresentou uma leve evolução de (+0,9%).

Em relação aos custos, a companhia apresentou uma evolução, comparativamente a 2010, em seus custos totais da ordem de (+11,6%), alcançando R\$ 1.016,7 milhões em 2011. Os principais fatores que alavancaram esse crescimento nos custos foram o aumento da despesa com manutenção em



locomotivas e vagões, a evolução na despesa com pessoal, por conta do Acordo Coletivo (8,6%) e o aumento no quadro de funcionários da companhia.

O EBITDAR (EBITDA mais o Arrendamento da Concessão) foi de R\$ 106,7 milhões em 2011, uma queda de (-52,6%) em relação a 2010. A margem EBITDAR no período foi de 8,51%, uma queda de (-14,7 p.p.) em comparação ao ano anterior. Essa redução do EBITDAR é resultado de uma maior pressão nos custos totais da companhia em função do maior volume de recursos utilizados na manutenção e modernização de seus ativos.

Como resultado final, em 2011 a FCA reportou um prejuízo líquido de R\$ 175,2 milhões, motivado pela queda de volume transportado e principalmente pelo aumento na linha de custos totais devido ao maior volume de recursos utilizados na manutenção e modernização de seus ativos.

| R\$ Mil | 2010 | 2011 | Var % |
|--------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Receita Bruta | 1.148,7 | 1.183,9 | 3,1% |
| (-) Deduções | (177,9) | (173,6) | -2,4% |
| Receita Líquida | 970,8 | 1.010,3 | 4,1% |
| (-) Custos Totais | (910,9) | (1.016,7) | 11,6% |
| (+/-) Outras Rec./Desp. Operacionais | 28,1 | (55,3) | -296,8% |
| (+) Arrendamento da Concessão | 137,1 | 147,7 | 7,7% |
| EBITDAR | 225,2 | 86,0 | -61,8% |
| <i>Margem EBITDAR</i> | 23,2% | 8,51% | -14,7 p.p. |
| (-) D&A | (97,9) | (121,1) | 23,7% |
| (-) Resultado Financeiro Líquido | (1,7) | 7,6 | -547,1% |
| (-) IR &CSLL | 0,0 | 0,0 | - |
| Resultado Líquido | -11,7 | -175,2 | 1410,3% |

Investimentos

No ano que passou, o investimento da FCA foi da ordem de R\$ 380,7 milhões (+51,5%) acima do investimento realizado em 2010 (R\$ 251,3 milhões). O investimento corrente totalizou R\$ 313,5 milhões, sendo os recursos alocados principalmente na manutenção e modernização da via permanente e material rodante, além disso, ocorreram investimentos em projetos de meio ambiente, saúde e segurança. Em relação aos investimentos em projetos de capital, visando à expansão de capacidade dos ativos da companhia, o valor investido foi de R\$ 67,2 milhões utilizados principalmente na construção e ampliação de 15 pátios ferroviários ao longo da malha da FCA.

Gestão de Pessoas

No ano de 2011 a FCA deu continuidade a sua política de valorização das pessoas. Além disso, diversos programas foram desenvolvidos visando suprir a demanda futura por mão-de-obra, dentre os quais podemos ressaltar:

- Programa de Estágio;
- Programa Trainee Operacional;
- Jovens aprendizes;
- Programa de Trainee Ferroviários;
- Programa de Trainee Corporativo;
- Programa de Trainee de Portos e Terminais;

O programa de trainees em 2011 contou com o número recorde de mais de 30 mil inscritos, evidenciando o reconhecimento da FCA junto ao mercado de trabalho. Ainda, a companhia proporcionou uma série de cursos de capacitação visando o desenvolvimento e aperfeiçoamento das habilidades de seus funcionários.



Por meio de Pesquisa de Clima e Engajamento, a FCA procura entender e avaliar as necessidades de seus funcionários, e como iniciativa para reter e desenvolver os melhores talentos na companhia através dos programas de Carreira e Sucessão e Avaliação de Desempenho.

Todo esse conjunto de ações e programas evidencia o robusto investimento em desenvolvimento profissional que a companhia tem realizado ao longo dos anos.

Responsabilidade Social

A Ferrovia Centro Atlântica compartilha o respeito pela vida e promove a responsabilidade socioambiental por meio do desenvolvimento de programas e ações voltadas ao apoio às comunidades lindeiras a ferrovia, em 2011 destacamos os seguintes projetos:

- Programa Braços Abertos;
- Projeto Famiguê;
- Encontro Marcado com Fernando Sabino;

Sempre com foco em segurança, a FCA por meio de programas de prevenção de acidentes e com a manutenção permanente do diálogo junto às comunidades e ao público interno, trabalha de forma integrada para buscar e aperfeiçoar as melhores práticas de segurança na gestão e operação de seus ativos.

Além disso, a companhia mantém um canal direto de comunicação junto às comunidades lindeiras, o “Alô Ferrovias”, que esclarece dúvidas, recebe denúncias e sugestões 24 horas por dia.

Meio Ambiente

Em 2011, continuamos a implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado nas diretrizes ISO 14001. Este modelo fornece ferramentas para garantir a conformidade legal de nossas atividades, produtos e serviços.

A FCA realizou, no ano que passou, investimentos significativos para a redução do consumo de água, redução na geração de resíduos, incentivos para reciclagem (coleta seletiva), segregação da rede de efluente/pluvial, tratamento do efluente industrial, investigação dos potenciais passivos e remediação das áreas já diagnosticadas.

Apresentamos também iniciativas de educação ambiental tendo como público-alvo nossos empregados, terceiros, comunidades e escolas. Estas ações visam despertar a consciência crítica dos envolvidos para a mudança de comportamento e atitudes, através de ações que gerem informação e aprendizado.

Audidores Independentes

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações contábeis e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR da Companhia.

Belo Horizonte, 14 de Fevereiro de 2012.
A Administração



2 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis¹ individuais da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e sua controlada ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

e sua controlada em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1 "S" MG



3 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 – Balanços patrimoniais

Em milhares de Reais

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------------------------|---------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4.5 | 50.324 | 30.992 | 50.324 | 30.992 |
| Contas a receber de clientes | 4.6 | 41.602 | 58.796 | 41.602 | 58.796 |
| Partes relacionadas | 4.32 | 102.473 | 18.128 | 102.473 | 18.128 |
| Estoques | 4.7 | 76.063 | 64.623 | 76.063 | 64.623 |
| Tributos a recuperar | 4.8 | 9.772 | 34.208 | 9.772 | 34.208 |
| Despesas antecipadas | 4.9 | 7.151 | 6.639 | 7.151 | 6.639 |
| Demais contas a receber | 4.10 | 23.173 | 10.899 | 23.173 | 10.899 |
| | | <u>310.558</u> | <u>224.285</u> | <u>310.558</u> | <u>224.285</u> |
| Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Despesas antecipadas | 4.9 | 24.940 | 26.765 | 24.940 | 26.765 |
| Depósitos judiciais | 4.11 | 142.887 | 116.297 | 142.887 | 116.297 |
| Tributos a recuperar | 4.8 | 2.370 | 3.023 | 2.370 | 3.023 |
| Partes relacionadas | 4.32 | 545 | 676 | 151 | 282 |
| Contas a receber da União | 4.11(a) | 24.885 | 12.752 | 24.885 | 12.752 |
| Imobilizado | 4.13 | 470.592 | 474.783 | 470.592 | 474.783 |
| Intangível | 4.14 | 1.695.364 | 1.426.682 | 1.695.364 | 1.426.682 |
| | | <u>2.361.583</u> | <u>2.060.978</u> | <u>2.361.189</u> | <u>2.060.584</u> |
| Total do ativo | | <u><u>2.672.141</u></u> | <u><u>2.285.263</u></u> | <u><u>2.671.747</u></u> | <u><u>2.284.869</u></u> |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 4.15 | 41.747 | 51.613 | 41.747 | 51.613 |
| Partes relacionadas | 4.32 | 37.123 | 62.669 | 37.123 | 62.669 |
| Obrigações fiscais | 4.16 | 11.285 | 9.029 | 11.285 | 9.029 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 4.17 | 64.476 | 28.697 | 64.476 | 28.697 |
| Arrendamento e concessões a pagar | 4.18 | 35.484 | 32.809 | 35.484 | 32.809 |
| Provisões operacionais | 4.19 | 10.077 | 7.316 | 9.683 | 6.922 |
| Antecipações de clientes | 4.20 | 25.534 | 47.926 | 25.534 | 47.926 |
| Demais contas a pagar | 4.21 | 3.054 | 3.048 | 3.054 | 3.048 |
| | | <u>228.780</u> | <u>243.107</u> | <u>228.386</u> | <u>242.713</u> |
| Não circulante | | | | | |
| Partes relacionadas | 4.32 | 6.789 | 35.768 | 6.789 | 35.768 |
| Provisões operacionais | 4.19 | | 3.146 | | 3.146 |
| Provisão para contingências | 4.11 | 99.625 | 81.998 | 99.625 | 81.998 |
| Receitas diferidas | 4.23 | 4.597 | 4.914 | 4.597 | 4.914 |
| Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC | 4.22 | 796.245 | 205.029 | 796.245 | 205.029 |
| | | <u>907.256</u> | <u>330.855</u> | <u>907.256</u> | <u>330.855</u> |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 4.24 | 1.722.966 | 1.722.966 | 1.722.966 | 1.722.966 |
| Prejuízos acumulados | | (186.861) | (11.665) | (186.861) | (11.665) |
| | | <u>1.536.105</u> | <u>1.711.301</u> | <u>1.536.105</u> | <u>1.711.301</u> |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | <u><u>2.672.141</u></u> | <u><u>2.285.263</u></u> | <u><u>2.671.747</u></u> | <u><u>2.284.869</u></u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



3.2 – Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|------------------|-----------------|------------------|-----------------|
| | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Operações continuadas | | | | | |
| Receita de serviços vendidos | 4.25 | 1.010.269 | 970.789 | 1.010.269 | 970.789 |
| Custo dos serviços vendidos | 4.26 | (1.067.884) | (970.930) | (1.067.884) | (970.930) |
| Prejuízo bruto | | (57.615) | (141) | (57.615) | (141) |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | |
| Com vendas | 4.28 (b) | (109) | (74) | (109) | (74) |
| Gerais e administrativas | 4.28 (a) | (52.798) | (47.052) | (52.798) | (47.052) |
| Outras (despesas) receitas, líquidas | 4.28 (c) | (72.245) | 37.350 | (72.245) | 37.350 |
| | | (125.152) | (9.776) | (125.152) | (9.776) |
| Prejuízo do exercício das operações continuadas | | (182.767) | (9.917) | (182.767) | (9.917) |
| Resultado financeiro | | | | | |
| | 4.29 | 7.571 | (1.748) | 7.571 | (1.748) |
| Despesas financeiras | | (7.248) | (20.202) | (7.248) | (20.202) |
| Receitas financeiras | | 4.805 | 22.268 | 4.805 | 22.268 |
| Receitas (despesas) com variação monetária/cambial | | 10.014 | (3.814) | 10.014 | (3.814) |
| Prejuízo do exercício | | (175.196) | (11.665) | (175.196) | (11.665) |
| Prejuízo básico e diluído por ação atribuídos aos acionistas (expresso em R\$ por lote de mil ações – Nota 4.24 (b)) | | (0,83) | (0,07) | (0,83) | (0,07) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



3.3 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

| Em milhares de Reais | Controladora e Consolidado | | |
|-------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------|------------------|
| | Capital social | Prejuízos acumulados | Total |
| Em 31 de dezembro de 2009 | 1.130.199 | (1.197.074) | (66.875) |
| Resultado abrangente do exercício | | | |
| Prejuízo do exercício | | (11.665) | (11.665) |
| Total do resultado abrangente | | (11.665) | (11.665) |
| Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas | | | |
| Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital | 1.789.841 | | 1.789.841 |
| Absorção de prejuízos acumulados | (1.197.074) | 1.197.074 | |
| Total de contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas | 592.767 | 1.197.074 | 1.789.841 |
| Em 31 de dezembro de 2010 | 1.722.966 | (11.665) | 1.711.301 |
| Resultado abrangente do exercício | | | |
| Prejuízo do exercício | | (175.196) | (175.196) |
| Total do resultado abrangente | | (175.196) | (175.196) |
| | | | - |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 1.722.966 | (186.861) | 1.536.105 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



3.4 – Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------------------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais: | | | | |
| Prejuízo do exercício | (175.196) | (11.665) | (175.196) | (11.665) |
| Ajustes: | | | | |
| Depreciação e amortização | 121.053 | 97.941 | 121.053 | 97.941 |
| Constituição (reversão) provisão para perdas e contingências | 16.549 | (19.873) | 16.549 | (19.873) |
| Constituição (reversão) operacionais | (4.891) | (16.458) | (4.891) | (16.458) |
| Despesas com variação monetária/cambial, líquidas | (2.171) | 12.250 | (2.171) | 12.250 |
| Despesas de arrendamento pagas antecipadamente | 1.825 | 1.825 | 1.825 | 1.825 |
| Ganho na alienação de ativo imobilizado | (5.470) | (13.230) | (5.470) | (13.230) |
| Receitas diferidas | (317) | (317) | (317) | (317) |
| Despesa com juros | 881 | 6.432 | 881 | 6.432 |
| | <u>(47.737)</u> | <u>56.905</u> | <u>(47.737)</u> | <u>56.905</u> |
| Variações nos ativos e passivos | | | | |
| Contas a receber de clientes | 15.249 | (8.395) | 15.249 | (8.395) |
| Partes relacionadas - ativos | (84.214) | 5.732 | (84.214) | 5.732 |
| Estoques | (15.746) | (1.483) | (15.746) | (1.483) |
| Tributos a recuperar | 26.361 | 39.806 | 26.361 | 39.806 |
| Prêmios de seguros pagos antecipadamente | 4.382 | 700 | 4.382 | 700 |
| Outros ativos | (24.405) | 316 | (24.405) | 316 |
| Depósitos judiciais | (26.590) | (30.906) | (26.590) | (30.906) |
| Fornecedores | 1.135 | 16.116 | 1.135 | 16.116 |
| Partes relacionadas - passivos | (46.622) | (30.378) | (46.622) | (30.378) |
| Obrigações fiscais | 2.256 | (30.589) | 2.256 | (30.589) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 35.779 | 1.406 | 35.779 | 1.406 |
| Arrendamento e concessões a pagar | 2.675 | 1.850 | 2.675 | 1.850 |
| Antecipações de clientes | (22.392) | 37.842 | (22.392) | 37.842 |
| Outros passivos | 6 | (275) | 6 | (275) |
| Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais | <u>(179.863)</u> | <u>58.647</u> | <u>(179.863)</u> | <u>58.647</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | | |
| Compra de ativo imobilizado | (32.078) | (12.584) | (32.078) | (12.584) |
| Compra de ativo intangível | (360.430) | (253.125) | (360.430) | (253.125) |
| Recebimento pela venda de imobilizado | 10.648 | | 10.648 | |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | <u>(381.860)</u> | <u>(265.709)</u> | <u>(381.860)</u> | <u>(265.709)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | | |
| Captação de assistência financeira (ASSFIN) | | 137.663 | | 137.663 |
| Pagamento de assistência financeira (ASSFIN) | (10.161) | (128.466) | (10.161) | (128.466) |
| Pagamento de juros sobre assistência financeira (ASSFIN) | | (6.349) | | (6.349) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 591.216 | 205.029 | 591.216 | 205.029 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento | <u>581.055</u> | <u>207.877</u> | <u>581.055</u> | <u>207.877</u> |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido | <u>19.332</u> | <u>815</u> | <u>19.332</u> | <u>815</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 30.992 | 30.177 | 30.992 | 30.177 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 50.324 | 30.992 | 50.324 | 30.992 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



3.5 – Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Receitas | | | | |
| Vendas brutas de serviços | 1.183.908 | 1.148.683 | 1.183.908 | 1.148.683 |
| Outras receitas | 51.212 | 41.857 | 51.212 | 41.857 |
| Constituição (reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa | (1.945) | (2.623) | (1.945) | (2.623) |
| | 1.233.175 | 1.187.917 | 1.233.175 | 1.187.917 |
| Menos: Insumos adquiridos de terceiros | | | | |
| Custos dos serviços prestados | (503.391) | (365.677) | (503.391) | (365.677) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (447.247) | (493.503) | (447.247) | (493.503) |
| Provisão para perdas, principalmente contingências, líquida de reversões | (15.603) | 23.795 | (15.603) | 23.795 |
| Outros | (18.717) | (13.273) | (18.717) | (13.273) |
| | (984.958) | (848.658) | (984.958) | (848.658) |
| Valor adicionado bruto | 248.217 | 339.259 | 248.217 | 339.259 |
| Depreciação e amortização | (121.053) | (97.941) | (121.053) | (97.941) |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | 127.164 | 241.318 | 127.164 | 241.318 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | | |
| Receitas financeiras | 14.820 | 22.268 | 14.820 | 22.268 |
| Valor adicionado total a distribuir | 141.984 | 263.586 | 141.984 | 263.586 |
| Distribuição do valor adicionado | | | | |
| Pessoal e encargos | | | | |
| Remuneração direta | 171.086 | 117.545 | 171.086 | 117.545 |
| Benefícios | 47.838 | 36.955 | 47.838 | 36.955 |
| F.G.T.S. | 12.974 | 11.652 | 12.974 | 11.652 |
| Outros gastos com pessoal | 3.648 | 2.429 | 3.648 | 2.429 |
| | 235.546 | 168.581 | 235.546 | 168.581 |
| Impostos, taxas e contribuições | | | | |
| Federais | 62.338 | 64.190 | 62.338 | 64.190 |
| Estaduais | 11.838 | 18.378 | 11.838 | 18.378 |
| Municipais | 210 | 86 | 210 | 86 |
| | 74.386 | 82.654 | 74.386 | 82.654 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | | | |
| Juros | 7.248 | 24.016 | 7.248 | 24.016 |
| | 7.248 | 24.016 | 7.248 | 24.016 |
| Remuneração de capital próprio | | | | |
| Prejuízos retidos | (175.196) | (11.665) | (175.196) | (11.665) |
| | (175.196) | (11.665) | (175.196) | (11.665) |
| Valor adicionado distribuído | 141.984 | 263.586 | 141.984 | 263.586 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 – Contexto operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026 podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026 renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso direto aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. – Ferroban (doravante denominada “Ferroban”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo imobilizado os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferroban relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 4.17. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferroban.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a Mineração Tacumã Ltda. – controlada indireta da Vale S.A. (“Vale”) - como a única controladora da FCA.

Em 5 de agosto de 2010, a Mineração Tacumã Ltda transformou-se de sociedade empresária limitada em uma sociedade por ações, passando a denominar-se Vale Operações Ferroviárias S.A..

A Vale Operações Ferroviárias S.A, em 30 de novembro de 2011 teve sua denominação social alterada para VLI Multimodal S.A.



4.2 – Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2012.

A Companhia não apresentou itens classificáveis como outros resultados abrangentes. Desta forma, não há divulgação desta informação nas demonstrações contábeis apresentadas, uma vez que o resultado do exercício representa também o resultado abrangente.

4.3 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis (controladora e consolidado) estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

a) Base de preparação

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.4.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações. Assim, até que suas operações possibilitem a geração de lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações, a Companhia dependerá de recursos a serem obtidos de seus controladores ou terceiros. Em conexão com a elaboração dessas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia analisou esta situação e concluiu que não existem incertezas sobre a sua capacidade de obter tais recursos, caso necessário. Portanto, essas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis para companhias em continuidade operacional.

b) Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da FCA e da controlada SL Serviços Logísticos Ltda.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas incluídas na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.



c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

d) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") que possam ter impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e que possam ser estimados de maneira confiável. Dentre os critérios utilizados pela Companhia para a análise de *impairment*, são considerados, principalmente, a dificuldade financeira do devedor e quebra de contratos decorrentes de inadimplência continuada.

e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por não serem relevantes.



f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

g) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferidos. Os impostos são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

h) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subseqüentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas"

A vida útil dos bens está apresentada na Nota 4.13.



i) Intangível

I. Direitos de Concessão

Está representado pela mais valia paga pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026.

II. Softwares adquiridos e Licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

III. Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, no contexto da concessão da malha centro-leste (Nota 4.1), são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição e/ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

j) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

l) Concessões e arrendamentos

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.



Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme também esclarecido na Orientação OCPC05 – Contratos de Concessão, considerando que:

- (I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão.
- (II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente.
- (III) A concessionária poderá cobrar qualquer valor diferente de zero pelo transporte ferroviário de carga, respeitados os limites máximos das tarifas de referência estabelecidos pela concedente. A Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), agência reguladora do setor publica resoluções anuais aprovando o reajuste das tarifas de referência em cada concessão, constituindo um teto para as empresas (“*price-cap*”), o qual raramente é atingido.

Em linha com os esclarecimentos provenientes da OCPC 05, a Administração concluiu que os contratos de concessão e arrendamento, oriundos da União (extinta RFFSA), são contratos de execução, considerando que:

- (a) As partes envolvidas cumpriram parcialmente com suas obrigações na mesma extensão.
- (b) A disponibilização da infraestrutura pelo poder concedente se dá progressivamente à medida que as condições contratuais vão sendo cumpridas pelo concessionário.
- (c) O operador deve cumprir as regras do contrato e o poder concedente possui o direito de cancelar o contrato, indenizando o operador pelos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados. Por isso, após analisados os fatos e circunstâncias específicos do contrato, se considera que a infraestrutura é disponibilizada gradualmente ao longo do contrato, à medida que o operador satisfaça as condições contratuais e à medida que o poder concedente mantenha a concessão.

Dessa forma, esses contratos de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Os investimentos (benfeitorias) efetuados na infraestrutura (malha ferroviária) relacionada aos contratos de concessão e arrendamento mencionados na Nota 4.1 são registrados no ativo intangível, em linha com as orientações da OCPC 05. Não foi registrado no momento inicial nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

No caso de contingências prováveis, onde houver direito contratual de reembolso parcial ou total por outra parte, é constituída provisão para a contingência e, no ativo, é reconhecido o direito ao reembolso, quando



houver o direito contratual ou legal ou o reembolso for praticamente certo. No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são as contingências onde, por força de Lei, a União (extinta RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 4.11), sendo a Companhia um agente no litígio. Nesses casos, as contingências não transitam pelo resultado e os valores pagos pela Companhia e devidos pela União são apresentados pelo líquido no balanço.

n) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de pensão é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação no resultado

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração do Grupo Vale. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

o) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte ferroviário no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, utilizando o método de taxa de juros efetiva.



p) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, caso dividendos sejam propostos estes serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

q) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real (R\$).

r) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 4.31, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

s) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações na Companhia. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da



contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

4.4 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

4.4.1 – Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos nos próximos exercícios são as seguintes:

- I. Redução do valor recuperável de ativos – A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".
- II. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível – A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- III. Imposto de renda e contribuição social diferidos – O imposto de renda e a contribuição social diferidos não foram constituídos, considerando as possibilidades de realização destes ativos.
- IV. Provisão para contingências – A Companhia constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Companhia deverá reavaliar as suas estimativas.

4.4.2 – Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

a) Concessão

Conforme descrito na Nota 4.3(I) a Companhia segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a concessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:



- I. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- II. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- III. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("price cap") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.
- IV. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União (extinta RFFSA) são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- V. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

b) *Impairment* de ativos não financeiros

A Companhia considerou a margem negativa e prejuízo operacional apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 como indicador de *impairment*. Dessa forma, aplicou o CPC 01 para apurar o valor recuperável de seus ativos, considerando as premissas definidas pela Administração. A Companhia elaborou estudo para verificar se o valor recuperável dos ativos é superior ao seu valor contábil. O valor recuperável foi inicialmente apurado considerando o valor em uso dos ativos o qual excedeu ao valor contábil dos mesmos. Nesse sentido, não foi necessário efetuar o cálculo do valor recuperável com base no preço de venda líquido bem como não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para perda (*impairment*).

4.5 – Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa é composto conforme abaixo:

| | Controladora e Consolidado | |
|------------------------|----------------------------|---------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Caixa e bancos | 11.450 | 10.201 |
| Aplicações financeiras | 38.874 | 20.791 |
| | 50.324 | 30.992 |

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo, (inferiores a três meses) que estão acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.



4.6 – Contas a receber de clientes

| | Controladora e Consolidado | |
|------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Contas a receber de clientes | 54.344 | 69.593 |
| Provisão para perdas de contas a receber de clientes | (12.742) | (10.797) |
| | 41.602 | 58.796 |

As análises de vencimentos dessas contas a receber estão apresentadas abaixo:

| | Controladora e Consolidado | |
|-------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| A vencer | 31.590 | 46.875 |
| Vencidos até 3 meses | 6.853 | 9.333 |
| Vencidos de 3 a 6 meses | 3.159 | 2.588 |
| Vencidos acima 6 meses | 12.742 | 10.797 |
| | 54.344 | 69.593 |

Em 31 de dezembro de 2011, certas contas a receber de clientes no total de R\$ 12.742 (2010 - R\$ 10.797) estavam vencidas e provisionadas.

A movimentação da provisão para perdas de contas a receber de clientes é a seguinte:

| | Controladora e Consolidado | |
|----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Saldo inicial | (10.797) | (8.175) |
| Reversão de provisão para perdas de contas a receber de clientes | 890 | |
| Provisão para perdas de contas a receber de clientes | (4.005) | (2.898) |
| Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis | 1.170 | 276 |
| | (12.742) | (10.797) |

Em 31 de dezembro de 2011, contas a receber de clientes no total de R\$ 30.403 (2010 - R\$ 12.541) estavam vendidas, mas não provisionadas. Essas contas referem-se a uma série de cliente inadimplentes que não tem histórico de inadimplência.



4.7 – Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição por almoxarifados como segue:

| | Controladora e Consolidado | |
|------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Almoxarifado de Tubarão – ES | 142 | 101 |
| Almoxarifado de Divinópolis – MG | 39.603 | 32.603 |
| Almoxarifado de Alagoinhas – BA | 5.045 | 5.633 |
| Almoxarifado de Uberaba – MG | 8.052 | 7.652 |
| Almoxarifado de Paulínea – SP | 4.536 | 3.733 |
| Almoxarifado de Araguari – MG | 2.979 | 1.818 |
| Almoxarifado de Lavras – MG | 2.451 | 2.439 |
| Almoxarifado de Montes Claros – MG | 2.252 | 1.971 |
| Outros almoxarifados | 8.636 | 7.642 |
| Provisão para perdas em itens de estoque | (4.542) | (236) |
| Importações em andamento | 6.909 | 1.267 |
| | 76.063 | 64.623 |

O saldos de provisão para perda em itens de estoque tem a seguinte movimentação:

| | Controladora e Consolidado | |
|------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Saldo inicial | (236) | (268) |
| Reversão para perdas de itens de estoque | 236 | 807 |
| Provisão para perdas de itens de estoque | (4.542) | (775) |
| | (4.542) | (236) |

4.8 – Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar têm sua origem conforme segue:

| | Controladora e Consolidado | |
|----------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Circulante | | |
| ICMS a recuperar | 6.221 | 7.577 |
| Imposto de renda retido na fonte | | 1.056 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 3.197 | 16.826 |
| PIS e COFINS a compensar | 242 | 8.647 |
| IOF a recuperar | 112 | 102 |
| | 9.772 | 34.208 |
| Não circulante | | |
| ICMS a recuperar | 2.370 | 2.782 |
| PIS e COFINS a compensar | | 241 |
| | 2.370 | 3.023 |
| | 12.142 | 37.231 |



4.9 – Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por:

| | Controladora e Consolidado | |
|------------------------------------------------|----------------------------|---------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Circulante | | |
| Despesas de arrendamento pagas antecipadamente | 1.825 | 1.825 |
| Prêmios de seguros pagos antecipadamente | 5.326 | 4.814 |
| | 7.151 | 6.639 |
| Não circulante | | |
| Despesas de arrendamento pagas antecipadamente | 24.940 | 26.765 |
| | 24.940 | 26.765 |
| | 32.091 | 33.404 |

4.9.1 – Despesas de arrendamento pagas antecipadamente

| | Controladora e Consolidado | |
|-----------------------|----------------------------|---------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Circulante | | |
| Arrendamento (a) | 1.719 | 1.719 |
| Concessão (b) | 106 | 106 |
| | 1.825 | 1.825 |
| Não Circulante | | |
| Arrendamento (a) | 23.496 | 25.215 |
| Concessão (b) | 1.444 | 1.550 |
| | 24.940 | 26.765 |

(a) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União (extinta RFFSA), no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente foram registrados na rubrica "Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente", no ativo circulante e não circulante (realizável em longo prazo).

(b) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens.



4.9.2- Prêmios de seguro pagos antecipadamente

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*.

| | Controladora e Consolidado | |
|------------------------------|----------------------------|--------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Responsabilidade civil geral | 4.078 | 3.186 |
| All Risks | 852 | 1.555 |
| Seguro de transporte | 396 | 73 |
| | 5.326 | 4.814 |

Em 31 de dezembro de 2011, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

| Modalidade | Cobertura | Valor em (milhares) |
|-----------------------------------------------|-------------------------------------------------------|-------------------------------|
| Responsabilidade civil geral | Operação ferroviária | R\$ 25.000 |
| Responsabilidade civil geral | Passageiros do trem turístico- Minas Gerais | R\$ 3.000 |
| Riscos operacionais | All Risk | US\$ 1.250.000* |
| Transportes carga de terceiros (por embarque) | All Risk | US\$ 30.000 |
| Transportes de importações (por embarque) | All Risk | US\$ 70.000 |
| Vida em grupo | Empregados | Multisalarial (24x o salário) |
| Vida em grupo | Estagiários | R\$ 10 |
| Acidentes pessoais | Trem turístico (colaboradores, estudantes, terceiros) | R\$ 8 |

* limitado ao valor em risco declarado (US\$ 2.322.330)

4.10 – Demais contas a receber

As demais contas a receber são compostas por:

| | Controladora e Consolidado | |
|-----------------------------|----------------------------|---------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Adiantamento a empregados | 6.731 | 4.839 |
| Adiantamento a fornecedores | 14.881 | 5.421 |
| Outras contas | 1.560 | 639 |
| | 23.172 | 10.899 |



4.11 – Depósitos judiciais e provisão para contingências

| | Controladora e Consolidado | | | |
|--------------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------|----------------------------|
| | 31/12/2011 | | 31/12/2010 | |
| | Depósitos judiciais | Provisões de contingências | Depósitos judiciais | Provisões de contingências |
| Trabalhistas (a) | 106.696 | 65.416 | 89.736 | 51.904 |
| Cíveis (b) | 16.735 | 27.554 | 15.390 | 24.779 |
| Administrativa regulatória (c) | | 4.246 | | 4.093 |
| Sesi (d) | 15.936 | | 8.021 | |
| Tributárias (e) | 3.520 | 1.163 | 3.123 | 100 |
| Ambientais (f) | | 1.246 | 27 | 1.122 |
| | 142.887 | 99.625 | 116.297 | 81.998 |

Abaixo quadro referente à movimentação das provisões para contingências:

| | Controladora e Consolidado | | | | |
|--------------------------------|----------------------------|---------------|----------------|-------------------------------|---------------|
| | 31/12/2010 | Adição | Baixa | Juros e atualização monetária | 31/12/2011 |
| Trabalhistas (a) | 51.904 | 11.538 | (2.913) | 4.887 | 65.416 |
| Cíveis (b) | 24.779 | 1.187 | (65) | 1.653 | 27.554 |
| Administrativa regulatória (c) | 4.093 | | | 153 | 4.246 |
| Tributárias (e) | 100 | 1.693 | (1.389) | 759 | 1.163 |
| Ambientais (f) | 1.122 | 54 | (321) | 391 | 1.246 |
| | 81.998 | 14.472 | (4.688) | 7.843 | 99.625 |

De acordo com o Edital de Privatização, a União (extinta RFFSA) continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica. A Companhia procederá a compensação dos valores desembolsados, com os processos judiciais trabalhistas de responsabilidade da RFFSA, com as parcelas a vencer do contrato de arrendamento, mediante autorização judicial.

a) Trabalhistas

A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2011, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam R\$ 65.416 (2010 – R\$ 51.904). Esses montantes não incluem as contingências de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz:

"As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA."

Além disso, a Procuradoria Geral da União (PGU) determinou no âmbito de sua competência a adoção por parte de seus membros dos procedimentos previstos no Parecer nº 50/2008-MLG/DTB/PGU/AGU, de 3 de setembro de 2008, que assim se apresenta:

- 1) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes do período em que o empregado prestou serviços tão somente à RFFSA;
- 2) as Procuradorias não devem peticionar em Juízo alegando que a responsabilidade pelos débitos existentes antes da concessão devem ser imputados as concessionárias;



3) no caso das concessionárias requererem a intimação da União nas ações em que este ente público não figure no pólo passivo, a representação judicial da União deverá anuir com o pedido, a fim de participar em todos os demais atos do processo, desde que, da análise dos autos, se verifique a efetiva existência de responsabilidade da extinta RFFSA.

4) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes tanto do período em que o empregado prestou serviços à extinta RFFSA como à empresa concessionária, as Procuradorias devem peticionar nos autos requerendo que os débitos de responsabilidade da União e das concessionárias sejam apurados de forma separada, para que este ente público possa alegar a existência de eventuais erros materiais no período de sua responsabilidade, bem como aplicar a incidência de juros de mora, na forma do artigo Iº-F da Lei nº 9.494/97.

Em vista deste parecer da AGU, há exemplos de decisões recentes no âmbito trabalhista determinando a inclusão da União Federal no Pólo Passivo da demanda.

A Companhia esclarece que será utilizada por seus consultores jurídicos, nas demandas cabíveis que envolvam a União (extinta RFFSA), as orientações contidas no Parecer da PGU/AGU.

O valor a receber da União (extinta RFFSA), no montante de R\$ 24.885 (2010– R\$ 12.752), classificado na rubrica “Demais contas a receber” no ativo não circulante, refere-se aos valores desembolsados pela Companhia relacionados a indenizações de responsabilidade da União (extinta RFFSA), em épocas anteriores a estas determinações da PGU/AGU.

b) Cíveis

A Companhia é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total de R\$ 27.554 (2010 - R\$ 24.779).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

c) Administrativa regulatória

A Companhia provisionou o valor de R\$ 4.246 (2010- R\$ 4.093) referente à multa administrativa aplicada pela ANTT através dos autos de infração lavrados em 26 de maio de 2003, referentes a não-conformidades encontradas no trecho compreendido entre Engenheiro Lafaiete Bandeira e Barão de Camargos (Linha Mineira).

d) SESI

O valor depositado em juízo está relacionado ao auto de infração sobre as contribuições não recolhidas a esse órgão. Baseada no parecer de seus consultores jurídicos, que avaliaram como possível a possibilidade de perda, a Companhia não constituiu provisão para perda nesse processo.

e) Tributárias

A Companhia constituiu provisões sobre autos de infração envolvendo processos aduaneiros, emitidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base na opinião de seus consultores jurídicos, no valor de R\$ 1.163 (2010 - R\$ 100).



f) Ambientais

Baseado no entendimento e na revisão dos valores das contingências, com o apoio de seus consultores jurídicos, a Companhia provisionou R\$ 1.246 (2010 - R\$ 1.122) referentes a processos com expectativa de perda provável, em caso de não haver a celebração de acordo com os órgãos responsáveis pelas autuações. Caso haja celebração de Termo de Compromisso/Ajustamento de Conduta, e os projetos constantes destes Termos sejam integralmente executados, as multas a serem pagas poderão ser reduzidas em 50% a 90% dos valores originais, dependendo do órgão ambiental autuante (municipal, estadual e federal).

g) Contingências possíveis não provisionadas

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 1.450.000 (2010 – aproximadamente R\$ 864.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária e ambiental, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União (extinta RFFSA).

A seguir são apresentadas a composição destas contingências por natureza:

| | Controladora e Consolidado | |
|------------------------|----------------------------|----------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Trabalhistas (i) | 172.000 | 176.000 |
| Cíveis (ii) | 936.000 | 405.000 |
| Previdenciário (iii) | 52.000 | 44.000 |
| Tributárias (iv) | 192.000 | 149.000 |
| Ambientais (v) | 98.000 | 90.000 |
| | <u>1.450.000</u> | <u>864.000</u> |

- i. Trabalhistas: trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- ii. Cíveis: trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária cedida à Companhia, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há também demandas de natureza possessória, cuja discussão envolve pedidos de usucapião, bem como demandas em que a FCA pretende a desocupação de imóvel de sua propriedade ou que estejam na faixa de domínio da ferrovia. Há ainda demandas discutindo questões creditícias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais.

No 1º trimestre de 2011, houve um acréscimo de aproximadamente R\$ 489.000 no saldo de contingências de natureza cível classificada como possível. Trata-se de uma ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público federal contra a União, FCA, MRS Logística - MRS, objetivando não só a condenação da União a prestar o serviço de transporte ferroviário de passageiros em todas suas linhas ferroviárias, ou, alternativamente, iniciar um processo licitatório neste sentido, como também a condenação da FCA e da MRS a executar um plano de recuperação da malha ferroviária e dos bens relacionados aos serviços por ela explorados, tudo ao argumento de que



estas concessionárias não estariam zelando de forma adequada pelo patrimônio público que lhes foi concedido.

Quando do cadastramento deste processo no sistema da Companhia, acreditava-se que as chances de êxito da demanda eram boas, tendo sido atribuído o prognóstico de perda remota para esta demanda. Os consultores jurídicos internos da Companhia vêm efetuando revisões visando o aprimoramento dos controles sobre as contingências que envolvem a FCA. Como consequência dessa revisão identificou que a classificação mais adequada desse processo seria possível, uma vez que o processo ainda está na 1ª Instância e não foi sentenciado.

- iii. Previdenciários: trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, SESI e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. Tributários: trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas.
- v. Ambientais: trata-se de demandas cuja discussão se refere a alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

4.12 - Investimentos

SL Serviços Logísticos Ltda. - A controlada está com as operações inativas. Em 31 de dezembro de 2006 o cálculo da equivalência patrimonial foi efetuado até o limite do saldo do investimento sendo constituída provisão para perda sobre o passivo a descoberto da controlada, que em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 totalizava o montante de R\$ 394, registrado na rubrica "Provisões operacionais" no passivo circulante.

4.13 – Imobilizado

| | Tempo estimado de vida útil | Taxa média anual de depreciação | Custo histórico | Depreciação acumulada | Controladora e Consolidado | |
|----------------------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|-----------------|-----------------------|----------------------------|----------------|
| | | | | | 31/12/11 | 31/12/10 |
| | | | | | Líquido | Líquido |
| Bens em operação | | | | | | |
| Imóveis | 25 a 40 anos | 2,97% | 2.136 | (427) | 1.709 | 2.193 |
| Instalações auxiliares/sistemas operacionais | 20 anos | 5,00% | 3.834 | (1.609) | 2.225 | 2.406 |
| Equipamentos autônomos | 5 a 20 anos | 8,38% | 61.493 | (33.958) | 27.535 | 32.071 |
| Veículos | 3 a 5 anos | 25,01% | 3.852 | (3.822) | 30 | 23 |
| Bens administrativos/auxiliares | 10 anos | 10% | 6.744 | (4.531) | 2.213 | 2.504 |
| Equipamentos e aplicativos de informática | 5 anos | 20% | 27.594 | (17.906) | 9.688 | 4.944 |
| Locomotivas | 12,5 a 33,3 anos | 6,17% | 281.512 | (92.123) | 189.389 | 209.973 |
| Vagões | 33,3 anos | 3,00% | 266.623 | (49.464) | 217.159 | 215.657 |
| Outros ativos | 10 a 14,9 anos | 10,00% | 3 | | 3 | 3 |
| | | | 653.791 | (203.840) | 449.951 | 469.774 |
| Terrenos | | | 1.142 | | 1.142 | 1.142 |
| Adiantamento a fornecedores de imobilizado | | | 21.602 | | 21.602 | 4.185 |
| Provisão para baixa de ativo | | | (2.103) | | (2.103) | (318) |
| | | | 20.641 | | 20.641 | 5.009 |
| | | | 674.432 | (203.840) | 470.592 | 474.783 |



A Companhia nomeou locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 11.727 (2010 – R\$ 12.765).

A movimentação do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2011 está sumarizada da seguinte forma:

| Controladora e Consolidado | | | | | |
|----------------------------------------------|-----------------|----------------|-----------------|--------------------------------------------------------------|-----------------|
| Custo | 31/12/10 | Adições | Baixas | Transferências entre imobilizado e intangível | 31/12/11 |
| Imóveis | 2.563 | 148 | | (575) | 2.136 |
| Instalações auxiliares/sistemas operacionais | 3.827 | | | 132 | 3.959 |
| Equipamentos autônomos | 62.428 | 1 | | 4.698 | 67.127 |
| Veículos | 5.730 | | (1.910) | 32 | 3.852 |
| Bens administrativos/auxiliares | 6.476 | 49 | | 219 | 6.744 |
| Equipamentos e aplicativos de informática | 20.313 | 28 | (203) | 7.455 | 27.593 |
| Locomotivas | 297.687 | | (14.986) | 26.566 | 309.267 |
| Vagões | 257.238 | | (35) | (15.862) | 241.341 |
| Outros ativos | 3 | | | (8.231) | (8.228) |
| | 656.265 | 226 | (17.134) | 14.434 | 653.791 |
| Terrenos | 1.142 | | | | 1.142 |
| Adiantamento a fornecedores de imobilizado | 4.185 | 17.418 | | | 21.603 |
| Provisão para baixa de ativo | (318) | (1.786) | | | (2.104) |
| | 5.009 | 15.632 | - | | 20.641 |
| | 661.274 | 15.858 | (17.134) | 14.434 | 674.432 |

| Controladora e Consolidado | | | | |
|----------------------------------------------|------------------|-----------------|---------------|------------------|
| Depreciação | 31/12/10 | Adições | Baixas | 31/12/11 |
| Imóveis | (370) | (57) | | (427) |
| Instalações auxiliares/sistemas operacionais | (1.421) | (188) | | (1.609) |
| Equipamentos autônomos | (30.355) | (3.603) | | (33.958) |
| Veículos | (5.707) | (24) | 1.909 | (3.822) |
| Bens administrativos/auxiliares | (3.973) | (558) | | (4.531) |
| Equipamentos e aplicativos de informática | (15.369) | (2.554) | 17 | (17.906) |
| Locomotivas | (87.715) | (14.408) | 10.000 | (92.123) |
| Vagões | (41.581) | (7.913) | 30 | (49.464) |
| | (186.491) | (29.305) | 11.956 | (203.840) |

Conforme parametrização do sistema da Companhia, todos os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo imobilizado. Em seguida, é feita análise detalhada considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão). Os ativos relacionados a benfeitoria na concessão são transferidos para o ativo intangível.



4.14 – Intangível

| | Tempo estimado de vida útil remanescente | Taxa média anual de amortização | Custo histórico | Amortização acumulada | Controladora e Consolidado | |
|------------------------------------------------|------------------------------------------|---------------------------------|------------------|-----------------------|----------------------------|------------------|
| | | | | | 31/12/11 | 31/12/10 |
| | | | | | Líquido | Líquido |
| Direitos de concessão | 14,9 anos | 4,7% | 43.169 | (12.980) | 30.189 | 32.236 |
| Softwares adquiridos | 3 a 5 anos | 20% | 18.600 | (17.160) | 1.440 | 2.210 |
| | | | 61.769 | (30.140) | 31.629 | 34.446 |
| Benfeitorias em propriedades arrendadas | | | | | | |
| Imóveis | 14,9 anos | 2,59% | 83.052 | (14.061) | 68.991 | 59.507 |
| Instalações auxiliares/sistemas operacionais | 14,9 anos | 5,0% | 19.705 | (3.684) | 16.021 | 8.695 |
| Equipamentos autônomos | 5 a 14,9 anos | 9,28% | 7.778 | (5.176) | 2.602 | 2.358 |
| Veículos | 3 a 5 anos | 23,38% | 19 | (19) | | |
| Bens administrativos/auxiliares | 10 anos | 10% | 40 | (24) | 16 | 3 |
| Equipamentos e aplicativos de informática | 5 anos | 20% | 6.471 | (649) | 5.822 | |
| Locomotivas | 12,5 a 14,9 anos | 7,43% | 152.533 | (102.826) | 49.707 | 23.381 |
| Vagões | 12,5 a 14,9 anos | 6,33% | 111.030 | (55.758) | 55.272 | 36.075 |
| Via permanente | 10 a 14,9 anos | 4,22% | 1.612.034 | (378.567) | 1.233.467 | 861.601 |
| | | | 1.992.662 | (560.764) | 1.431.898 | 991.620 |
| Benfeitorias em curso | | | 231.837 | | 231.837 | 400.616 |
| | | | 2.286.268 | (590.904) | 1.695.364 | 1.426.682 |

As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483.

O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia registrou o montante de R\$ 72.939, referente ao valor pago do direito de operação, sendo (i) R\$ 29.770 no ativo imobilizado, que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e (ii) R\$ 43.169 no intangível como Direitos de Concessão, por se referir ao valor pago para operar o trecho denominado Malha Paulista (Nota 4.1).

O intangível em curso é fruto dos investimentos correntes plurianuais da Companhia e investimentos de capital. Tais investimentos englobando o biênio 2009 e 2010 apresentaram aumento substancial em 2010, principalmente no último trimestre do ano. A composição do intangível em curso pode ser demonstrada da seguinte forma:

| | Controladora e Consolidado | |
|---------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------|
| | 31/12/11 | 31/12/10 |
| Construção e ampliação de pátios | 20.919 | 40.051 |
| Material rodante - aquisições | 28.250 | 81.387 |
| Instalações administrativas e de apoio | 7.380 | 5.348 |
| Novas rotas - desenvolvimento e ampliação | 31.967 | 38.063 |
| Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas | 11.993 | 15.144 |
| Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento | 4.123 | 1.504 |
| Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável | 19.181 | 25.013 |
| Trens turísticos - melhorias | 2.683 | 866 |
| Via permanente (infraestrutura e superestrutura) | 105.341 | 193.240 |
| | 231.837 | 400.616 |



O intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentava a seguinte movimentação:

| Custo | Controladora e Consolidado | | | | 31/12/11 |
|------------------------------------------------|----------------------------|----------------|----------------|-----------------------------------------------|------------------|
| | 31/12/10 | Adições | Transferências | Transferências entre imobilizado e intangível | |
| Direitos de concessão | 43.169 | | | | 43.169 |
| Softwares adquiridos | 18.172 | 428 | | | 18.600 |
| | 61.341 | 428 | | | 61.769 |
| Benfeitorias em propriedades arrendadas | | | | | |
| Imóveis | 71.103 | | 11.373 | 575 | 83.051 |
| Instalações auxiliares/sistemas operacionais | 11.010 | | 9.065 | (368) | 19.707 |
| Equipamentos autônomos | 7.096 | | 5.719 | (5.037) | 7.778 |
| Veículos | 19 | | 32 | (32) | 19 |
| Bens administrativos/auxiliares | 23 | | 235 | (219) | 39 |
| Equipamentos e aplicativos de informática | | | 13.927 | (7.455) | 6.472 |
| Locomotivas | 119.151 | | 32.193 | 1.189 | 152.533 |
| Vagões | 89.051 | | 31.738 | (9.759) | 111.030 |
| Via permanente | 1.166.428 | 20.645 | 418.288 | 6.672 | 1.612.033 |
| | 1.463.881 | 20.645 | 522.570 | (14.434) | 1.992.662 |
| Intangível em curso | 400.616 | 353.791 | (522.570) | | 231.837 |
| | 1.925.838 | 374.864 | - | (14.434) | 2.286.268 |

| Amortização | Controladora e Consolidado | | |
|----------------------------------------------|----------------------------|-----------------|------------------|
| | 31/12/10 | Adições | 31/12/11 |
| Direitos de concessão | (10.932) | (2.048) | (12.980) |
| Softwares adquiridos | (15.963) | (1.197) | (17.160) |
| Imóveis | (11.596) | (2.465) | (14.061) |
| Instalações auxiliares/sistemas operacionais | (2.315) | (1.369) | (3.684) |
| Equipamentos autônomos | (4.738) | (438) | (5.176) |
| Veículos | (19) | | (19) |
| Bens administrativos/auxiliares | (20) | (4) | (24) |
| Equipamentos e aplicativos de informática | | (649) | (649) |
| Locomotivas | (95.770) | (7.056) | (102.826) |
| Vagões | (52.976) | (2.782) | (55.758) |
| Via permanente | (304.827) | (73.740) | (378.567) |
| | (499.156) | (91.748) | (590.904) |

4.15 – Fornecedores

| | Controladora e Consolidado | |
|-----------------|----------------------------|---------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Mercado interno | 39.414 | 41.697 |
| Mercado externo | 2.333 | 9.916 |
| | 41.747 | 51.613 |



4.16 – Obrigações fiscais

| | Controladora e Consolidado | |
|--------------------------------------------------------|----------------------------|--------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| ICMS (Impostos s/Circulação de Mercadorias e Serviços) | 4.918 | 3.490 |
| IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) | 1.203 | 1.204 |
| PIS, COFINS | 3.216 | 2.752 |
| IOF (Imposto s/Operações Financeiras) | 207 | 207 |
| ISS (Impostos s/Serviços) | 307 | 373 |
| Outros | 1.434 | 1.003 |
| | 11.285 | 9.029 |

4.17 – Obrigações sociais e trabalhistas

| | Controladora e Consolidado | |
|--------------------------------------------|----------------------------|---------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Salários | 2.031 | 601 |
| Encargos e contribuições | 5.244 | 4.497 |
| Provisão para férias e encargos incidentes | 15.920 | 13.075 |
| Participação nos resultados | 41.281 | 10.520 |
| Outros | | 4 |
| | 64.476 | 28.697 |

4.18 – Arrendamentos e concessões a pagar

| | Controladora e Consolidado | |
|--------------------------------------|----------------------------|---------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Poder Concedente - União | | |
| Arrendamento (a) | 31.202 | 28.794 |
| Concessão (b) | 1.642 | 1.515 |
| | 32.844 | 30.309 |
| Ferrovia Bandeirantes S/A - FERROBAN | | |
| Arrendamento (c) | 2.508 | 2.375 |
| Concessão (d) | 132 | 125 |
| | 2.640 | 2.500 |
| | 35.484 | 32.809 |

(a) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União (extinta RFFSA), no montante histórico de R\$292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2011, foram pagas 54 (cinquenta e quatro) parcelas, sendo a 54ª parcela paga no valor de R\$ 31.202.

(b) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de



dezembro de 2011, foram pagas 54 (cinquenta e quatro) parcelas, sendo a 54ª parcela paga no valor de R\$1.642.

(c) Arrendamento dos bens - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União (extinta RFFSA), no montante histórico de R\$230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2011, foram pagas 45 (quarenta e cinco) parcelas, sendo a 45ª parcela paga no valor de R\$ 7.524

(d) Concessão dos serviços de transporte ferroviário – Malha Paulista Arrendamento dos bens – FERROBAN – Malha Paulista

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2011, foram pagas 45 (quarenta e cinco) parcelas, sendo a 45ª parcela paga no valor de R\$ 396.

4.19 – Provisões operacionais

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| SL Serviços Logísticos Ltda | 394 | 394 | | |
| Provisões ambientais | 3.856 | 6.582 | 3.856 | 6.582 |
| Outros operacionais | 5.827 | 340 | 5.827 | 340 |
| Provisões operacionais - circulante | 10.077 | 7.316 | 9.683 | 6.922 |
| Provisões ambientais | | 3.146 | | 3.146 |
| Outras provisões operacionais - não circulante | | 3.146 | | 3.146 |

A Companhia implementou ações corretivas e preventivas visando eliminar os passivos ambientais pertinentes as fontes ativas existentes da União (extinta RFFSA). A eficácia na eliminação dos potenciais passivos ambientais foi constatada através dos diagnósticos realizados nas unidades operacionais da Companhia, proporcionando reduções significativas nas premissas e estimativas de gastos ambientais com a recuperação das fontes ativas.

4.20 – Antecipação de clientes

Referem-se a adiantamentos recebidos de clientes que em 31 de dezembro de 2011 somavam R\$ 25.534 (2010 - R\$ 47.926). Esses adiantamentos advêm dos esforços da Companhia junto a seus parceiros (clientes) para antecipar valores que serão abatidos de fretes a serem tomados ao longo do período. Os adiantamentos em questão são atualizados com juros (entre 7,15% e 11% ao ano) e variação do IGPM mensal, para manter sua capacidade de aquisição constante.



4.21 – Demais contas a pagar

| | Controladora e Consolidado | |
|-----------------------------|----------------------------|--------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Garantias contratuais | 1.797 | 1.797 |
| Outros passivos circulantes | 1.257 | 1.251 |
| | 3.054 | 3.048 |

4.22 – Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC

Referem-se aos valores repassados pela controladora visando a atender as necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da Companhia, que foram convertidos em adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC).

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembléia geral dos acionistas. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

4.23– Receitas diferidas

Referem-se à receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.

4.24 – Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 29 de abril de 2010, a AGE homologou a proposta da Diretoria para aumento do capital social da Companhia em R\$ 1.789.841, passando o capital social de R\$ 1.130.199 para R\$ 2.920.040, mediante a emissão de 109.873.615.524.248 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 16,29 por lote de um milhão de ações.

O acionista controlador VLI Multimodal S.A. subscreveu e integralizou, neste ato, a totalidade do aumento de capital social aprovado. A integralização foi realizada mediante a utilização de créditos detidos pela VLI Multimodal S.A. contra a FCA, referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados no período compreendido entre 2003 e 2006.

Em 20 de julho de 2010, a AGE homologou a proposta da Diretoria para redução do capital social da Companhia, mediante a absorção dos prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 1.197.074, passando o capital social de R\$ 2.920.040 para R\$1.722.966.

Desta forma em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 o capital social está representado por 210.197.577.031.248 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.



É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembléia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Atualmente no estatuto social da Companhia não está definido valor de capital autorizado.

| Acionistas | Ações Ordinárias | Ações Preferenciais | Total de Ações |
|---------------------------|----------------------------|---------------------|----------------------------|
| VLI Multimodal S.A. | 210.197.522.720.503 | 55.673.348 | 210.197.578.393.851 |
| Outros- não controladores | 54.310.745 | 10.991.664 | 65.302.409 |
| Totais | 210.197.577.031.248 | 66.665.012 | 210.197.643.696.260 |

b) Prejuízo por ação

Básico e diluído

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

| | Controladora e Consolidado |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| | 31/12/2010 |
| Cálculo da média ponderada para 2010 (100.323.961.507.000 x 4/12)+(210.197.577.031.248 x 8/12) | 173.573.038.523.165 |
| Prejuízo do período | (11.665) |
| Média Ponderada de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2010 | 173.573.038.523.165 |
| Prejuízo básico e diluído por lote de milhão de ações (R\$) | (0,07) |
| | Controladora e Consolidado |
| | 31/12/2011 |
| Cálculo da média ponderada para 2011 (210.197.577.031.248 x12/12) | 210.197.577.031.248 |
| Prejuízo do período | (175.196) |
| Média Ponderada de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2011 | 210.197.577.031.248 |
| Prejuízo básico e diluído por lote de milhão de ações (R\$) | (0,83) |



4.25 – Receita

| | Controladora e Consolidado | |
|-------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Receita Bruta | | |
| Receita de transporte ferroviário de minério de ferro | 27.371 | 92.437 |
| Receita de transporte ferroviário de carga geral | 984.382 | 940.382 |
| Receita de utilização de pátios | 1.036 | 1.199 |
| Receita de estadia de vagões | 6.779 | 5.969 |
| Receita de aluguel de locomotivas | 5.405 | 687 |
| Receita de partilha de frete | 130.837 | 84.685 |
| Receita de outros serviços | 28.098 | 23.324 |
| Total receita bruta | 1.183.908 | 1.148.683 |
| Impostos sobre serviços | | |
| ICMS | (64.126) | (71.641) |
| PIS | (19.535) | (18.953) |
| COFINS | (89.978) | (87.300) |
| Total impostos sobre serviços | (173.639) | (177.894) |
| Receita dos serviços vendidos | 1.010.269 | 970.789 |

4.26 – Custos e despesas por natureza

| | Controladora e Consolidado | |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2011 | 30/12/2010 |
| Pessoal | (235.546) | (168.581) |
| Serviços contratados | (120.588) | (106.682) |
| Seguros | (10.155) | (12.367) |
| Materiais | (65.012) | (29.375) |
| Combustíveis | (190.982) | (193.745) |
| Utilidades públicas | (6.323) | (6.022) |
| Custo de partilha de frete | (202.430) | (183.590) |
| Tributos | (47.854) | (34.369) |
| Locações | (28.166) | (30.450) |
| Depreciação e amortização | (121.053) | (97.941) |
| Despesas de arrendamento e concessão | (147.659) | (137.150) |
| Receitas (despesas) com provisão para perdas, contingências e outras líquidas | (22.605) | 23.794 |
| Diversos | 5.337 | (4.228) |
| | (1.193.036) | (980.706) |
| Custo dos bens e/ou serviços vendidos | (1.067.884) | (970.930) |
| Despesas com vendas | (109) | (74) |
| Despesas gerais e administrativas | (52.798) | (47.052) |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas | (72.245) | 37.350 |
| | (1.193.036) | (980.706) |



4.27 – Despesas de benefícios a pessoal

| | Controladora e Consolidado | |
|---------------------------|----------------------------|------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Remuneração direta | (131.544) | (110.685) |
| Benefícios | (47.838) | (36.955) |
| FGTS | (12.974) | (11.652) |
| Outros gastos com pessoal | (3.648) | (2.429) |
| Participação no resultado | (39.542) | (6.860) |
| | (235.546) | (168.581) |

As despesas de benefícios a pessoal são registradas nas rubricas de “Custo dos bens e/ou serviços vendidos”, “Despesa com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

A participação dos empregados no resultado está registrada na rubrica " Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

4.28 – Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas gerais e administrativas

| | Controladora e Consolidado | |
|----------------------|----------------------------|-----------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Pessoal | (10.877) | (10.225) |
| Material | (228) | (306) |
| Combustíveis | (37) | (25) |
| Serviços contratados | (29.185) | (24.012) |
| Tributos | (1.924) | (1.804) |
| Locações | (175) | (579) |
| Utilidades públicas | (438) | (403) |
| Depreciação | (7.794) | (7.681) |
| Diversos | (2.140) | (2.017) |
| | (52.798) | (47.052) |

b) Despesas com vendas

| | Controladora e Consolidado | |
|----------|----------------------------|-------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Pessoal | (58) | (60) |
| Locações | (24) | |
| Diversos | (27) | (14) |
| | (109) | (74) |



c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

| | Controladora e Consolidado | |
|----------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2011 | 30/12/2010 |
| Outras receitas operacionais | | |
| Venda de materiais | 6.624 | 10.269 |
| Venda de ativos | 10.648 | 13.230 |
| Recuperação de despesas | 3.075 | 529 |
| Trens turísticos | 3.668 | 2.920 |
| Travessias | 1.913 | 2.630 |
| Multas contratuais | 11.088 | 8.271 |
| Alugueis | 1.184 | 352 |
| Serviços prestados | 14 | |
| Indenização a receber da União | 12.133 | 3.382 |
| Outros | 865 | 274 |
| | 51.212 | 41.857 |
| Outras despesas operacionais | | |
| Tributárias | (11.172) | (4.822) |
| Baixa de ativos | (6.212) | (59) |
| Custo de material vendido | (499) | (198) |
| Ajuste de estoque | (3.468) | |
| Participação no resultado | (39.542) | (6.861) |
| Outros gastos c/pessoal | (132) | 18 |
| Perdas de recebíveis | (1.171) | (275) |
| Trens turísticos | (2.686) | (2.043) |
| Provisão para perdas | (673) | (1.539) |
| Provisão para desvalorização de estoques | (4.306) | 32 |
| Provisão para contingências | (17.627) | 25.301 |
| Processos judiciais | (20.819) | (8.487) |
| Passivo ambiental | (4.473) | (2.201) |
| Outras operacionais | (10.677) | (3.373) |
| | (123.457) | (4.507) |
| Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas | (72.245) | 37.350 |

4.29– Resultado financeiro

| | Controladora e Consolidado | |
|-------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Receitas financeiras | | |
| Rendimento de aplicações financeiras | 3.753 | 1.916 |
| Juros taxa e multas de mora | 544 | 876 |
| Estorno de encargos financeiros da anistia de ICMS | | 16.698 |
| Outras receitas financeiras | 508 | 2.778 |
| | 4.805 | 22.268 |
| Despesas financeiras | | |
| Despesas com IOF | (266) | (450) |
| Descontos concedidos | (616) | (1.264) |
| Encargos sobre mútuo - Vale | (881) | (6.432) |
| Juros sobre adiantamentos | (1.608) | (5.773) |
| Despesa de carta de fiança | (2.562) | (1.480) |
| Outras despesas financeiras | (1.315) | (4.803) |
| | (7.248) | (20.202) |
| Receitas (despesas) com variação monetária e cambial | 10.014 | (3.814) |
| Resultado financeiro | 7.571 | (1.748) |



4.30– Imposto de renda e contribuição social

A Companhia não vem constituindo ativo diferido de imposto de renda e contribuição social, principalmente em função de ainda não apresentar um histórico de lucros tributáveis.

O total dos créditos fiscais não reconhecidos pode ser assim demonstrado:

| | Controladora e Consolidado | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Imposto de renda diferido | | |
| Provisão para devedores duvidosos | 3.185 | 2.699 |
| Provisão para contingências | 24.906 | 20.500 |
| Outras provisões | 4.933 | 3.824 |
| Prejuízo fiscal | 321.108 | 282.795 |
| | 354.132 | 309.818 |
| Contribuição social diferida | | |
| Provisão para devedores duvidosos | 1.147 | 972 |
| Provisão para contingências | 8.966 | 7.380 |
| Outras provisões | 1.776 | 1.377 |
| Base negativa | 116.233 | 102.437 |
| | 128.122 | 112.166 |
| Total do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos | 482.254 | 421.984 |
| Prejuízo fiscal para imposto de renda | 1.284.433 | 1.131.181 |
| Base negativa da contribuição social | 1.291.477 | 1.138.184 |

4.31 – Informações por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.



| | Controladora e Consolidado | |
|--------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Demonstrações do Resultado | | |
| Receitas | | |
| Receita bruta de serviços prestados | | |
| Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS | 6.620 | 6.051 |
| Log-in Logística Intermodal Ltda | 4.786 | 12.451 |
| MRS Logística S.A | | 5.264 |
| VLI Multimodal S.A | 165.917 | |
| Vale Fertilizantes S.A | 12.685 | |
| Vale Fostados S.A | 6.827 | |
| Vale Manganês S.A | 20 | 1.722 |
| Vale S.A | 31.798 | 123.746 |
| | 228.653 | 149.234 |
| Receitas financeiras | | |
| Vale S.A | | 5 |
| | | 5 |
| Outras Receitas Operacionais | | |
| MRS Logística S.A | | |
| Vale S.A | | 357 |
| Fundação Vale do Rio Doce - FVRD | 715 | 338 |
| Minerações Brasileiras Reunidas S.A - MBR | 3 | 2 |
| Samarco Mineração S.A | 38 | 34 |
| | 756 | 731 |
| Custos e despesas | | |
| Custo de intercâmbio/aluguel de locos e vagões | | |
| Vale S.A | 12.463 | 20.680 |
| MRS Logística S.A | | 4.690 |
| | 12.463 | 25.370 |
| Custo de partilha de fretes | | |
| Vale S.A | 183.258 | 167.683 |
| MRS Logística S.A | 8.771 | 7.694 |
| | 192.029 | 175.377 |
| Previdência Complementar | | |
| Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA | 1.914 | 1.448 |
| | 1.914 | 1.448 |
| Despesas com processos de suporte | | |
| Vale S.A | 23.030 | 16.221 |
| | 23.030 | 16.221 |
| Despesas financeiras | | |
| Vale S/A | 882 | 6.432 |
| | 882 | 6.432 |

As análises de vencimentos dessas contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| A vencer | 59.661 | 8.154 | 59.661 | 8.154 |
| Vencidos até 3 meses | 35.900 | 3.205 | 35.900 | 3.205 |
| Vencidos de 3 a 6 meses | 1.001 | 456 | 1.001 | 456 |
| Vencidos acima 6 meses | 6.456 | 6.989 | 6.062 | 6.595 |
| | 103.018 | 18.804 | 102.624 | 18.410 |

Os créditos com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

As dívidas com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado. Parte desses saldos, no



montante de R\$ 29.605 (2010 – R\$ 71.203), refere-se à compra de locomotivas e vagões da Vale e está sujeita a encargos de IGP-M e juros de 6,5% a.a.

As operações financeiras realizadas com partes relacionadas através da Assistência Financeira – Assfin, que em 31 de dezembro de 2010 totalizavam R\$ 10.161 e foram liquidadas no 1º semestre de 2011.

O ASSFIN refere-se a um contrato de assistência financeira que é firmado entre as empresas do Grupo Vale e é remunerado pela variação correspondente a 94% da taxa CDI.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são os recursos recebidos pela FCA, de seu acionista controlador VLI Multimodal S.A, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social.

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes as atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

As despesas administrativas com processos de suporte representam os gastos com serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), envolvendo os processos transacionais de Suprimentos, Financeiro, Recursos Humanos, TI e Jurídico.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pelas controladoras indiretas (Vale S.A. e Vale Logística Integrada S.A.), sem o respectivo reembolso.

4.33 – Previdência complementar

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER.

A partir de outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não-lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

Plano de Benefício - FCA

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“Vesting”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, 4.207 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (2010 – 3.282).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.



- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 totalizaram R\$ 1914 (2010 - R\$ 1.448)

Abaixo demonstramos o resultado da avaliação atuarial para 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço

| | Controladora e Consolidado | |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Valor presente das obrigações atuariais com cobertura | (2.273) | (1.689) |
| Valor justo dos ativos do plano | 3.425 | 2.864 |
| (Déficit)/superavit para planos cobertos | 1.152 | 1.175 |
| Efeito do limite do parágrafo 58 (b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14) | (1.152) | (1.175) |
| Passivo/ativo líquido | | |

Reconciliação do valor das obrigações atuariais

| | Controladora e Consolidado | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Valor das obrigações no início do período | (1.689) | (1.256) |
| Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante) | (230) | (184) |
| Juros sobre obrigação atuarial | (214) | (157) |
| Contribuições de participantes vertidas no ano | (7) | (6) |
| Ganho/(perda) atuarial | (181) | (118) |
| Benefícios pagos no ano | 48 | 32 |
| Valor das obrigações calculadas no final do período | (2.273) | (1.689) |

Reconciliação do valor justo dos ativos

| | Controladora e Consolidado | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Valor justo dos ativos no início do período | 2.864 | 2.429 |
| Rendimento esperado no ano | 311 | 266 |
| Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano | 43 | 6 |
| Contribuições de patrocinadoras (inclui benefícios pagos diretamente pelas patrocinadoras) | 248 | 188 |
| Contribuições de participantes | 7 | 6 |
| Benefícios pagos pelo plano/empresa | (48) | (31) |
| Valor justo dos ativos no final do período | 3.425 | 2.864 |

| | Controladora e Consolidado | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante) | (230) | (184) |
| Juros sobre obrigação atuarial | (214) | (157) |
| Rendimento esperado no período | 311 | 266 |
| Amortização de ganhos ou (perdas) atuariais líquida (incluindo parágrafo 58 (a)) | (138) | (112) |
| Efeito do limite do parágrafo 58 (b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14) | 23 | (2) |
| | (248) | (189) |

O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$ 354.

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.



Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Na avaliação atuarial efetuada para 31 de dezembro de 2011 e de 2010, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais e econômicas:

| Hipóteses atuariais | Controladora e Consolidado | |
|-----------------------------------------------------------|---------------------------------------------|----------------------------------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial | 11,30% a.a | 11,30% a.a |
| Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano | 10,70% a.a | 10,70% a.a |
| Índice estimado de aumento nominal dos salários | 8,15% até 48 anos 5,0 % a partir de 48 anos | 7,64 % até 48 anos 4,5 % a partir de 48 anos |
| Índice estimado de aumento nominal dos benefícios | 5,0 % a.a | 4,5 % a.a |
| Taxa estimada de inflação no longo prazo | 5,0 % a.a | 5,0 % a.a |
| Tábua biométrica de mortalidade geral | AT-83 Masculina | AT83 Masculina |
| Tábua biométrica de entrada em invalidez | 3.0 x Álvaro Vindas | 3.0 x Álvaro Vindas e AT83 Male |
| Taxa de rotatividade esperada | 3% até 48 anos e nula a partir de 48 anos | 3% até 48 anos e nula a partir de 48 anos |

4.34 – Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Fatores de risco financeiro

As atividades da FCA a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.



A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 2011 e em 2010.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo Vale.

a) Risco de Mercado

Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo o óleo (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 2.333 (2010 – R\$ 9.916).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelo arrendamento e concessões a pagar (Nota 4.18), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com conseqüente minimização de perdas individuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 12.742 (2010 - R\$ 10.797).



c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e “rating” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Outro ponto importante que colabora para a liquidez no curto prazo e a eficiência da gestão do caixa é a administração conjunta com o Centro de Serviço Compartilhado da Vale S.A. Assim, a previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Centro de Serviços Compartilhados. Essa previsão é elaborada com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. É levada em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento das dívidas da Companhia. O Centro de Serviços Compartilhados monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender as suas necessidades operacionais.

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento .

Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo relacionamos os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2011 e 2010 correspondem:

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Empréstimos e recebíveis | | | | |
| Ativos | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | |
| Caixa e bancos | 11.450 | 10.201 | 11.450 | 10.201 |
| CDB's | 38.874 | 20.791 | 38.874 | 20.791 |
| Contas a receber de clientes | 41.602 | 58.796 | 41.602 | 58.796 |
| Partes relacionadas | 103.018 | 18.804 | 102.624 | 18.410 |
| Outras contas a receber - RFFSA (União) | 24.885 | 12.752 | 24.885 | 12.752 |
| | <u>219.829</u> | <u>121.344</u> | <u>219.435</u> | <u>120.950</u> |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| Outros passivos financeiros | | | | |
| Passivos | | | | |
| Fornecedores | 41.747 | 51.613 | 41.747 | 51.613 |
| Partes relacionadas | 43.912 | 98.437 | 43.518 | 98.437 |
| Adiantamentos para futuro aumento de capital | 796.245 | 205.029 | 796.245 | 205.029 |
| | <u>881.904</u> | <u>355.079</u> | <u>881.510</u> | <u>355.079</u> |



d) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo Vale. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Total passivo | 1.136.036 | 573.962 | 1.135.642 | 573.568 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (50.324) | (30.992) | (50.324) | (30.992) |
| | <u>1.085.712</u> | <u>542.970</u> | <u>1.085.318</u> | <u>542.576</u> |
| Patrimônio líquido | 1.536.105 | 1.711.301 | 1.536.105 | 1.711.301 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) | 796.245 | 205.029 | 796.245 | 205.029 |
| Total patrimônio líquido+ AFAC | <u>2.332.350</u> | <u>1.916.330</u> | <u>2.332.350</u> | <u>1.916.330</u> |
| | <u>46,55%</u> | <u>28,33%</u> | <u>46,53%</u> | <u>28,31%</u> |

4.35 – Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das demonstrações contábeis correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pela Companhia referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e da Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

| | Malha Centro Leste | Malha Paulista |
|---------------------------------------------------------|--------------------|----------------|
| Quantidade de parcelas totais | 112 | 112 |
| Periodicidade de pagamento | Trimestral | Trimestral |
| Índice de atualização das parcelas | IGP-DI (FGV) | IGP-DI (FGV) |
| Quantidade de parcelas pagas até 31 de dezembro de 2011 | 54 | 45 |
| Valor da última parcela paga | | |
| Concessão | 1.642 | 396 |
| Arrendamento | 31.202 | 7.524 |



5 – Declaração de revisão das demonstrações contábeis e do parecer de auditoria independente pelos diretores

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e de Relação com Investidores e o Diretor Financeiro da Ferrovia Centro-Atlântica S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Sapucaí, 383, inscrita no CNPJ sob nº 00.924.429/0001-75 (“**FCA**”), para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“**INSTRUÇÃO**”), declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da FCA relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da FCA referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.



6 – ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES

Conselho de Administração

Marcello Magistrini Spinelli

Presidente

Elton de Campos Pássaro

Eduardo Henrique Périco

Fernando Lopes Alcântara

Rômulo Lourencini Rovetta

Adílson Cesar de Paula Alonso do Carmo

Diretoria

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Marcus Vinícius de Faria Penteado

Diretor Financeiro

Silvana Alcântara Oliveira de Souza

Diretora de Desenvolvimento de Negócios

Rodrigo Saba Ruggiero

Diretor Operacional

Fabiano Bodanezi Lorenzi

Diretor Comercial

Fabio Stewson de Souza

Contador

CRC-MG 45.913/O-6



PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Senhores Acionistas,

A diretoria da Ferrovia Centro Atlântica S/A, em conformidade com o disposto no artigo 192 da Lei 6.404 (com nova redação dada pelas leis 10.303 e 11.638), vem apresentar a Assembléia Geral de Acionistas proposta para destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

O prejuízo líquido do exercício, evidenciado na Demonstração de Resultado, foi de R\$ 154.441.963,44 (cento e cinquenta e quarto milhões quatrocentos e quarenta e um mil, novecentos e sessenta e três reais e quarenta e quatro centavos), consoante os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira e as normas e pronunciamentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); para o qual se propõe a seguinte destinação:

I – PREJUÍZOS ACUMULADOS

Em conformidade com parágrafo 1º do artigo 26, capítulo IV do Estatuto Social, do lucro do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação os prejuízos acumulados, desta forma o prejuízo de (R\$ 175.195.143,65) (cento e setenta e cinco milhões cento e noventa e cinco mil, cento e quarenta e três reais e sessenta e cinco centavos) será adicionado aos Prejuízos acumulados de (R\$ 11.665.235,76) (onze milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais e setenta e seis centavos), totalizando em 31 dezembro de 2011 (R\$ 186.860.379,41) (cento e oitenta e seis milhões, oitocentos e sessenta mil, trezentos e setenta e nove reais e quarenta e um centavos) de prejuízos acumulados.

I – RESUMO

A presente proposta contempla a seguinte destinação do prejuízo do exercício de 2011:

| | |
|----------------------------------------------|------------------|
| | R\$ |
| Prejuízos acumulados até o exercício de 2010 | (11.665.235,76) |
| Prejuízo do exercício de 2011 | (175.195.143,65) |
| Prejuízos acumulados até o exercício de 2011 | (186.860.379,41) |

Ante o exposto vimos submeter aos senhores acionistas a presente proposta.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2011.

Marcello Magistrini Spinelli
Diretor-Presidente e Relações com Investidores

Marcus Vinícius de Faria Penteadó
Diretor Financeiro

Rodrigo Saba Ruggiero
Diretor Operacional

Silvana Alcântara de Oliveira
Diretora de Desenvolvimento
de Negócios

Fabiano Bodanezi Lorenzi
Diretor Comercial

**Anexo à Proposta de Destinação dos Resultados
Referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011**

Nos termos do Art. 9º, § 1º, inciso II e do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09, destacamos o seguinte:

| DESCRIÇÃO | DADOS |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Prejuízo referente ao exercício social de 2011 | (R\$ 175.195.143,65) |
| 2. Montante dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados | Não aplicável |
| 3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído | Não aplicável |
| 4. Montante global e valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores | Não aplicável |
| 5. Remuneração do exercício deduzidos os juros sobre o capital próprio declarados | Não aplicável |
| 6. Montane dos Dividendos e dos Juros sobre o capital próprio já declarados e data dos respectivos pagamentos | Não aplicável |
| 7. Fornecer tabela comparativa indicando lucro líquido e dividendo e juros sobre o capital próprio do exercício dos 3 (três exercícios anteriores) por ação de cada espécie e classe | Não aplicável |
| 8. Destinação de lucros à reserva legal | <p>Detalhamento da forma de cálculo da reserva legal:</p> <p>Nos termos do artigo 26º § 1º do Estatuto social: do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. Do lucro líquido do exercício, destinar-se-ão:</p> |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <p>a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até o máximo previsto em lei, reserva essa que poderá ser posteriormente capitalizada ou compensada com prejuízos;</p> <p>Esta reserva limita-se ao limite de 20% do capital social, por força do disposto no art. 193 da Lei nº 6404/76.</p> <p>Tal reserva pode deixar de ser constituída no exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital (art. 182 da Lei 6.404/76), exceder 30% do capital social.</p> |
| <p>9. Ações preferenciais com direito a dividendos fixo ou mínimos</p> | <p>Descrição da fórmula do cálculo:</p> <p>Nos termos do art. 4º do Estatuto Social, os titulares de ações preferenciais terão direito de participar do dividendo a ser distribuído calculado na forma do Capítulo VI do Estatuto Social com o seguinte critério:</p> <p>a) prioridade no recebimento dos dividendos mencionados correspondente a, no mínimo, 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação;</p> <p>b) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com a alínea “a”.</p> |
| <p>10. Dividendo obrigatório</p> | <p>Não aplicável</p> |
| <p>11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da empresa (a) Informar o montante da retenção; (b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; (c) Justificar a retenção dos dividendos</p> | <p>Não aplicável</p> |
| <p>12. Havendo destinação de resultado para reserva de</p> | |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| <p>contingências (a) Identificar o montante destinado à reserva; (b) Identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) Explicar porque a perda foi considerada provável; (d) Justificar a constituição da reserva</p> | <p>Não aplicável</p> |
| <p>13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar (a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; (b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva</p> | <p>Não aplicável</p> |
| <p>14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias (a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; (b) Identificar o montante destinado à reserva; (c) Descrever como o montante foi calculado</p> | <p>Não aplicável</p> |
| <p>15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital</p> | <p>Não aplicável</p> |
| <p>16. Destinação do resultado para a reserva de incentivos fiscais</p> | <p>Não aplicável</p> |

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Para a Companhia, 2011 foi um ano de expansão do transporte ferroviário no Brasil. Por meio de contratos inovadores, a Companhia, seus parceiros e clientes colocaram 450 novos vagões para circular na malha só em 2011, representando um incremento de 4% no total desse ativo. Trata-se de material rodante diferenciado, equipado com tecnologia para aumentar a eficiência do embarque e desembarque de produtos tais como os siderúrgicos e o açúcar. Além disso, todos foram produzidos ou incrementados única e exclusivamente pela indústria brasileira.

No que diz respeito à malha ferroviária, remodelamos alguns trechos dos principais corredores da Companhia para garantir mais eficiência e velocidade. Em 2011, a Companhia investiu R\$ 67,2 milhões na construção e ampliação de 15 pátios ferroviários ao longo de sua malha.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, a Companhia apresentou uma diminuição em seu patrimônio líquido, totalizando R\$ 1,5 bilhão, R\$1,7 bilhão e R\$ 66,9 milhões negativos, respectivamente. Também nesses períodos houve aumento no total da dívida líquida, R\$ 1,1 bilhão, 542 milhões e 2,2 bilhões (considerar estes valores para 2010/2009, no FR do ano anterior a dívida líquida foi calculada de outra maneira, estamos corrigindo) respectivamente. Em contrapartida, sua posição em caixa, no mesmo período, foi de R\$ 50,3 milhões, R\$ 31 milhões e R\$ 30,2 milhões, respectivamente.

Em 2011, o lucro operacional, medido pelo EBITDAR (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, Amortization and Rent*), foi de R\$ 86 milhões, com uma margem operacional de 8,51%, comparada a 23,2% em 2010 e 26% em 2009. Ocorre que, motivado principalmente pela preparação para expansão do transporte ferroviário de carga geral, direcionando recursos para manutenção e melhoria de seus ativos, a Companhia, em 2011, apresentou resultado negativo, com prejuízo líquido de R\$ 175,2 milhões. Apesar disso, a Companhia entende possuir condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócio e cumprir com todas as obrigações de curto, médio e longo prazos eventualmente assumidas.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$1,5 bilhão, enquanto sua posição de caixa era de R\$50,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2010, seu patrimônio líquido era de R\$1,7 bilhão enquanto a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 31 milhões. Em 31 de dezembro de 2009 o patrimônio líquido era de R\$ 67 milhões negativos e a posição de caixa era de R\$ 30 milhões. Ainda, com a finalidade de absorver os prejuízos acumulados pela Companhia até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral deliberou em 20 de julho de 2010, a redução do capital social em R\$1.197.074.466,31, sem, contudo, a necessidade de cancelamento de ações ou mesmo de qualquer alteração no patrimônio líquido da Companhia. Não obstante, a administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados pelas suas atividades serão suficientes para sustentar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro, sem a necessidade de obtenção de recursos de terceiros. Ainda, com exceção do Contrato de Assistência Financeira firmado com a Vale S.A., a Companhia não possui empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

i.) Hipóteses de Resgate

Em 31 de dezembro de 2011, não existiam hipóteses para realização de qualquer resgate das ações de emissão da Companhia, além das hipóteses previstas na Lei das Sociedades por Ações.

ii.) Fórmula de Cálculo do Valor de Resgate

Como não havia, em 31 de dezembro de 2011, hipótese de realização de resgate de ações, não é possível mensurar a fórmula de cálculo de um valor hipotético de resgate.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e sua posição de liquidez, a mesma acredita que todos os compromissos financeiros assumidos serão honrados em seus devidos vencimentos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

A Companhia utilizou, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, recursos próprios gerados de suas atividades para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. A tabela abaixo apresenta as informações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009:

| Em milhares de R\$ | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|--------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2009 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Compra de ativo imobilizado | (32.078) | (12.584) | (71.656) |
| Compra de ativo intangível | (360.430) | (253.125) | (80.977) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de Investimento | (381.860) | (265.709) | (152.633) |

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme disposto no item 10.1 (b) acima, a administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia poderá utilizar a linha de crédito que possui junto à Vale S.A.), melhor descrita no item 16 deste Formulário de Referência.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não aplicável, uma vez que nos 3 (três) últimos exercícios sociais a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2011 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS CONSOLIDADOS

| | Em 31 de dezembro de (em R\$ mil, exceto os percentuais) | | | | |
|----------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|---------------|-------------------|----------------|---------------|
| | 2010 | AV (%) | 2011 | AV (%) | AH (%) |
| Ativo | | | | | |
| Circulante | 224.285 | 9,82% | 310.558 | 11,62/% | 38,47% |
| Não Circulante | 159.119 | 6,96% | 195.233 | 7,31% | 22,70% |
| Intangível | 1.426.682 | 62,44% | 1.695.364 | 63,46% | 18,83% |
| Imobilizado | 474.783 | 20,78% | 470.592 | 17,61% | -0,88 % |
| Total do Ativo | 2.284.269 | 100% | 2.671.747 | 100% | 16,93% |
| | | | | | |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | |
| Circulante | 242.713 | 10,62% | 228.386] | 8,55% | -5,90% |
| Não Circulante | 330.855 | 14,48% | 907.256 | 33,96% | 174,22% |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 1.722.966 | 75,4% | 1.722.966 | 64,49% | 0% |
| Prejuízos acumulados | -11.665 | - 0,51% | -186.861 | - 6,99 | 1.601,89% |
| Total do patrimônio líquido | 1.711.301 | 74,90% | 1.536.105 | [57,49% | 89,76% |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 2.284.869 | 100% | [2.671,747 | 100% | 16,93% |

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Ativo circulante

O valor do ativo circulante da Companhia passou de R\$224,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$310,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 38,5% do total do ativo circulante. Tal variação é basicamente justificada em razão do aumento do “contas a receber de terceiros/partes relacionadas”.

Ativo não circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$159,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 195,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 22,7% do total do ativo não circulante. Tal variação se deu em razão do aumento de valores a receber de terceiros e dos depósitos judiciais (trabalhistas/cíveis/tributários).

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$1.426,7 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.695,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 18,8% do total do intangível. Tal variação se deu em razão de investimentos em via permanente edesenvolvimento sustentável, dentre outros.

Imobilizado

O valor do ativo imobilizado da Companhia passou de R\$474,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 470,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de aproximadamente 0,88%. Tal variação reflete a venda de algumas locomotivas e vagões ocorridas em 2011.

Passivo circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$242,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 228,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 5,9% do total do passivo circulante. Tal variação está demonstrada pela redução de valores com partes relacionadas e adiantamentos realizados por clientes.

Passivo não circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$330,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 907,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 174,2% do total do passivo não circulante. Tal variação está representada basicamente pelo adiantamento para futuro aumento de capital.

Patrimônio líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$1.711,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, para R\$1.536,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 10,24% do patrimônio líquido. Tal variação reflete o prejuízo apurado em 2011 .

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

| | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em R\$ mil, exceto os percentuais) | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|--------------|------------------|---------------|------------------|
| | 2010 | AV (%) | 2011 | AV (%) | AH (%) |
| Receita líquida de serviços | 970.789 | 100,0% | 1.010.269 | 100% | 4,07% |
| Custo dos serviços prestados | (970.930) | -100,0% | -1.067.884 | 105,7% | 9,9% |
| Despesas com vendas, Gerais e administrativas | (47.126) | -4,9% | -52.907 | 5,24%] | 12,27% |
| Outras (despesas) receitas operacionais líquidas | 37.350 | 3,5% | -72.245 | -7,15% | -293,43% |
| Resultado operacional | (9.917) | -1,0% | -182.767 | 18,09% | 1.742,97% |
| Resultado financeiro | (1.748) | -0,2% | 7.571 | -0,75% | -533,12% |
| Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | (11.665) | -1,2% | -175.196 | 17,34% | 1.401,9]% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | - | 0,0% | - | [0,0% | [0,0% |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (11.665) | -1,2% | [-175.196 | 17,34% | 1.401,9% |

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2011, a receita líquida somou R\$ 1 bilhão, representando um aumento de 4% sobre o mesmo período de 2010, no valor de R\$971 milhões. O crescimento da receita foi devido, principalmente, aos segmentos de siderurgia, produtos industrializados e produtos agrícola.

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 totalizaram R\$ 1,07 bilhão, o que representou um aumento de, aproximadamente, 10% em relação ao mesmo período de 2010, no valor de R\$971 milhões. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2011 foram despesas com manutenção de locomotivas e vagões e despesas com pessoal.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 totalizaram R\$ 53 milhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 12% em relação ao mesmo período de 2010, no valor de R\$47, milhões. A variação é basicamente justificada pelo aumento dos serviços, contratos e locações.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 72 milhões em 31 de dezembro de 2011 o que representou um aumento de, aproximadamente, 293% em relação ao mesmo período de 2010, no valor de R\$ 37,3 milhões. O principal impacto é justificado pela elevação das despesas tributárias, participação nos resultados, provisão para desvalorização de estoque, provisões para contingências e gastos com processos judiciais.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$9,9 milhões negativos em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 182,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 1.742,9% em comparação a 2010. Tal variação está justificada nas rubricas de custos e despesas descritas acima.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 7,5 milhões contra o resultado negativo em 31 de dezembro de 2010 de R\$1,7 milhões, representando um aumento de 553%. Tal variação se deu em razão do aumento de receitas com variação monetária.

Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de um prejuízo de R\$11,7 milhões em 31 de dezembro de 2010 para um prejuízo de R\$175,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de aproximadamente 1.402%. Tal variação se deu em razão do impacto da variação do resultado operacional .

Lucro Líquido (prejuízo) do exercício

O valor do lucro líquido (prejuízo) da Companhia passou de um prejuízo de R\$11,6 milhões em 31 de dezembro de 2010 para um prejuízo de R\$ 175,1 milhões]em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento 1.402% . O principal impacto foi a redução da margem operacional bruta, que variou de 0,01% negativo em 31 de dezembro de 2010 para 5,7% negativo em 31 de dezembro de 2011,

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2010 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

| | Em 31 de dezembro de | | | | |
|-----------------------|-------------------------------------|-------------|------------------|-------------|-------------|
| | (em R\$ mil, exceto os percentuais) | | | | |
| | 2009 | AV (%) | 2010 | AV (%) | AH (%) |
| Ativo | | | | | |
| Circulante | 249.710 | 11,8% | 224.285 | 9,8% | 10,2% |
| Não Circulante | 129.145 | 6,1% | 159.513 | 7,0% | 23,5% |
| Intangível | 1.239.076 | 58,7% | 1.426.682 | 62,4% | 15,1% |
| Imobilizado | 494.621 | 23,4% | 474.783 | 20,8% | -4,0% |
| Total do Ativo | 2.112.552 | 100% | 2.285.263 | 100% | 8,2% |

| | | | | | |
|----------------------------------------------|-------------|--------|-----------|-------|----------|
| | | | | | |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | |
| Circulante | 175.942 | 8,3% | 243.107 | 10,6% | 38,2% |
| Não Circulante | 2.003.485 | 94,8% | 330.855 | 14,5% | -83,5% |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 1.130.199 | 53,5% | 1.722.966 | 75,4% | 52,4% |
| Prejuízos acumulados | (1.197.074) | -56,9% | (11.665) | 0,0% | -100% |
| Total do patrimônio líquido | (66.875) | -3,2% | 1.711.301 | 74,9% | -2658,9% |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 2.112.552 | 100% | 2.285.263 | 100% | 8,2% |

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Ativo circulante

O valor do ativo circulante da Companhia passou de R\$249,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$224,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 10,2% do total do ativo circulante. Tal variação está demonstrada pelo aumento de valores a receber de terceiros, pela redução dos tributos a recuperar; pela redução dos valores a receber com partes relacionadas.

Ativo não circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$129,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$159,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 23,5% do total do ativo não circulante, em virtude do aumento dos depósitos judiciais decorrentes de processos judiciais tributáveis/cíveis e atualização monetária.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$1.239,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$1.426,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 15,1% do total do intangível, em virtude de investimentos em via permanente, desenvolvimento sustentável, dentre outros.

Imobilizado

O valor do ativo imobilizado da Companhia passou de R\$494,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$474,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 4,0% do total do ativo imobilizado.

Considerações sobre as principais contas do Passivo

Passivo circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$175,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$243,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 38,2% do total do passivo circulante. Tal variação está demonstrada pelo aumento no contrato de mútuo com a controladora e pelo aumento na conta de outros passivos circulantes (adiantamento de receita de clientes).

Passivo não circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$2.003,5 milhões em 31 de dezembro de 2009, para R\$330,9 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 83,5% do total do passivo não circulante. Tal variação está demonstrada pela integralização de adiantamento de capital realizada.

Patrimônio líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$66,9 milhões negativos em 31 de dezembro de 2009, para R\$1.711,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 2558,9% do patrimônio líquido. Tal variação está demonstrada pela integralização de capital realizada.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

| | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em R\$ mil, exceto os percentuais) | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|--------------|-----------------|--------------|----------------|
| | 2009 | AV (%) | 2010 | AV (%) | AH (%) |
| Receita líquida de serviços | 859.383 | 100,0% | 970.789 | 100,0% | 13% |
| Custo dos serviços prestados | (843.053) | -98,1% | (970.930) | -100,0% | 15,2% |
| Despesas com vendas, Gerais e administrativas | (47.519) | -5,5% | (47.126) | -4,9% | -0,8% |
| Outras (despesas) receitas | 28.049 | 3,3% | 37.345 | 38,5% | 1231,4% |
| Resultado operacional | (3.140) | -0,4% | (9.917) | -1,0% | 215,8% |
| Resultado financeiro | 7.357 | 0,9% | (1.748) | -0,2% | -123,8% |
| Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | 4.217 | 0,5% | (11.665) | -1,2% | -376,6% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | - | 0,0% | - | 0,0% | 0,0% |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 4.217 | 0,5% | (11.665) | -1,2% | -376,6% |

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2010, a receita líquida somou R\$970,8 milhões, representando um aumento de 12,96% sobre o mesmo período de 2009, no valor de R\$859,4 milhões. O crescimento da receita foi alavancado, principalmente, pelos setores de siderurgia, agricultura e industrializados.

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 totalizaram R\$970,9 milhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 15% em relação ao mesmo período de 2009, no valor de R\$843,1 milhões. O aumento dos gastos com manutenção em locomotivas e vagões e gastos com pessoal foram os principais responsáveis pelo aumento. Em 2010, a eficiência energética teve seu desempenho prejudicado em virtude do mix de carga realizado.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 totalizaram R\$47,052 milhões, ao passo que, no mesmo período em 2009, totalizaram R\$47,402 milhões, representando uma redução de 0,75%.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$28,049 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$37,250 milhões no mesmo período em 2009, o que representa uma redução de 25%. O principal impacto foi o ajuste dos créditos fiscais de PIS/COFINS ocorridos em 2009.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$3,140 milhões negativos em 31 de dezembro de 2009, para R\$9,916 milhões negativos em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 215,8%. O principal impacto foi o crescimento dos custos operacionais já mencionados acima.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 2010 foi de R\$1.748 milhões contra o resultado positivo em 2009 de R\$7.357 milhões. O ano 2009 foi impactado positivamente pela atualização monetária dos créditos fiscais. De PIS/COFINS e em 2010, o principal fator foi a atualização monetária dos ativos adquiridos da Controladora Vale S.A.

Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$4,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, para um prejuízo de R\$11,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. O principal impacto foi a variação do resultado operacional e pela variação do resultado líquido financeiro de R\$9,1 milhões negativos.

Lucro Líquido (prejuízo) do exercício

O valor do lucro líquido (prejuízo) da Companhia passou de R\$4,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, para um prejuízo de R\$11,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. O principal impacto foi a redução da margem operacional bruta que variou de 2,46% em 31 de dezembro de 2009 para 0,01% negativo em 31 de dezembro de 2010.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i.) descrição de quaisquer componentes importantes na receita

A receita bruta da Companhia passou de R\$818,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$1.148,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representa um aumento de 40,4%. Já em 31 de dezembro de 2011 a receita bruta foi de R\$ 1.183,9, representando um aumento de 3,1% em comparação a 2010. As receitas da Companhia advêm principalmente do transporte ferroviário de granéis agrícolas e produtos industrializados. Assim, os componentes da receita da Companhia estão diretamente relacionados com o volume de carga transportada e o preço médio contratado.

Além dos granéis agrícolas e produtos industrializados, pela malha da Companhia são também movimentadas mercadorias diversas, tais como produtos siderúrgicos, calcário e insumos da indústria siderúrgica, a maioria em regime de direito de passagem e tráfego mútuo.

Em 2011, a receita líquida aumentou 4,1% sobre o exercício anterior (retirando o efeito da mudança na contabilização do tráfego mútuo), mantendo a tendência observada em 2010, que levou a um aumento de 16,0% da receita líquida em relação a 2009.

Agricultura

No segmento de agricultura, a Companhia obteve em 2011 uma receita de R\$ 488,6, 0,9% acima do resultado do ano anterior, de R\$396,1 milhões. O volume transportado atingiu 8,9 milhões de toneladas, 5,2% abaixo de 2010, que por sua vez representou um aumento de 11% em relação à 2009. Os principais produtos transportados foram soja, milho, farelo de soja, fertilizantes e açúcar.

Industrializados

No segmento de industrializados, a Companhia obteve, em 2011, uma receita de R\$ 367,5 milhões, com volume transportado de 9,8 milhões de toneladas unitárias, em comparação com uma receita de R\$244,5 milhões e um volume transportado de 7,9 milhões de toneladas unitárias em 2010. A queda de -2,9% no volume transportado foi atenuada com o aumento de 0,9% na receita por conta da evolução do *yield* (R\$/tku) em função de priorização de rotas mais rentáveis.

Siderurgia

Em relação ao segmento de siderurgia, a FCA obteve em 2011 uma receita de R\$ 154,1 milhões (+12,5%) ante 2010. Por sua vez, o volume transportado apresentou uma redução (-0,9%), atingindo 7,2 milhões de toneladas. Em 2010 a Companhia obteve uma receita de R\$93,8 milhões, crescendo 57% em relação a 2009. O volume transportado atingiu 5,9 milhões de toneladas unitárias, 37% acima do ano anterior. A siderurgia nacional passou por forte recuperação em 2010, com a produção nacional de aço crescendo 29%.

Investimentos

No ano que passou, o investimento da FCA foi da ordem de R\$ 380,7 milhões (+51,5%) acima do investimento realizado em 2010 (R\$ 251,3 milhões). O investimento corrente totalizou R\$ 313,5 milhões, sendo os recursos alocados principalmente na manutenção e modernização da via permanente e material rodante, além disso, ocorreram investimentos em projetos de meio ambiente,

saúde e segurança. Em relação aos investimentos em projetos de capital, visando à expansão de capacidade dos ativos da companhia, o valor investido foi de R\$ 67,2 milhões utilizados principalmente na construção e ampliação de 15 pátios ferroviários ao longo da malha da FCA.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia são afetados, principalmente, pelos custos associados às suas atividades, conforme mencionados no item 10.1(h) deste Formulário de Referência. A administração da Companhia vem implementando ações visando à melhoria da margem operacional, compreendendo reduções de custos e melhoria de sua eficiência operacional, conforme evidenciado no item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em 2011, a receita líquida aumentou 4,1% sobre o exercício anterior, principalmente em razão do aumento de volume transportado, bem como aos ganhos de tarifas reais aplicadas.

Em 2010, a receita líquida aumentou 16% sobre o exercício anterior (retirando o efeito da mudança na contabilização do tráfego mútuo), superando o efeito negativo do cenário desfavorável mundial, que levou a uma queda de 10,9% da receita líquida de 2009 em relação a 2008. Tal efeito se deve ao aumento de volume transportado, bem como aos ganhos de tarifas reais aplicadas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Os combustíveis são o principal insumo da Companhia, sendo que, em 2011, as despesas com combustíveis representaram aproximadamente 17,5% dos seus custos operacionais (19,5% em 2010). Assim, variações nos indicadores macroeconômicos como inflação e câmbio podem alterar o preço do diesel, impactando o resultado operacional e financeiro da Companhia. Por isso, a eficiência energética, indicador do consumo de diesel, é uma das prioridades da Companhia. Além de redução de custos, há também os benefícios pelo menor impacto ambiental, mediante redução da emissão de gases e consumo de combustíveis fósseis.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para devedores duvidosos, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorreram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações na Companhia. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos por não ter ocorrido mudanças significativas de práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas nem ênfases nos pareceres referentes às demonstrações contábeis de 2009, 2010 e 2011.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia prepara suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos nos próximos exercícios são as seguintes:

I. Redução do valor recuperável de ativos – A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".

II. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível – A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

III. Imposto de renda e contribuição social diferidos – O imposto de renda e a contribuição social diferidos não foram constituídos, considerando as possibilidades de realização destes ativos.

IV. Provisão para contingências – A Companhia constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Companhia deverá reavaliar as suas estimativas.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau De eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados relacionados às suas demonstrações financeiras. Os controles internos relacionados às demonstrações financeiras da Companhia são processos desenvolvidos para oferecer conforto razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações financeiras, divulgadas de acordo com as normas e princípios contábeis aplicáveis. Esses controles incluem as políticas e os procedimentos que: (i) dizem respeito à manutenção de registros que, em detalhe razoável, refletem precisa e adequadamente as transações e destinações dos ativos da Companhia; (ii) proporcionam conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com normas e princípios contábeis aplicáveis, e que os recebimentos e pagamentos da Companhia são efetuados somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da Companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, utilização ou destinação não autorizadas dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras. Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações financeiras da Companhia podem não impedir ou não detectar erros. Da mesma forma, as futuras avaliações da efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que estes venham a se tornar inadequados por causa de mudanças nas condições, ou que o grau de adequação às políticas e aos procedimentos venha a se deteriorar.

A administração da Companhia avaliou a eficácia de seus controles internos relacionados às demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2011 e concluiu que seus controles internos relacionados a tais demonstrações financeiras são efetivos.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O relatório do auditor independente referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 não apresentou quaisquer deficiências e/ou recomendações sobre os controles internos adotados pela Companhia.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

A Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

A Companhia não detém ativos e passivos, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2011, não havia itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Conforme evidenciado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10 - Plano de negócios

a. Investimentos

i.) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Investimentos

Em 2011, o investimento da Companhia foi da ordem de R\$ 380,7 milhões, (+51,5%) acima do investimento realizado em 2010 (R\$ 251,3 milhões). O investimento corrente totalizou R\$ 313,5 milhões, sendo os recursos alocados principalmente na manutenção e modernização da via permanente e material rodante, além disso, ocorreram investimentos em projetos de meio ambiente, saúde e segurança. Em relação aos investimentos em projetos de capital, visando à expansão de capacidade dos ativos da companhia, o valor investido foi de R\$ 67,2 milhões, utilizados principalmente na construção e ampliação de 15 pátios ferroviários ao longo da malha da Companhia.

Em 2012, com base nas premissas orçamentárias da Companhia, serão investidos, aproximadamente, R\$456,2 milhões, os quais serão aplicados na manutenção e melhorias da via permanente, na aquisição de locomotivas, na modernização de vagões, na construção e ampliação de pátios de cruzamento de trens e na manutenção de trechos não operacionais.

ii.) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos provêm, principalmente, da geração de caixa operacional da Companhia e de aportes das controladoras.

iii.) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2011, não havia desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva, com exceção das estimativas de investimentos futuros descritas no item 10.10 (a) acima.

c. Novos produtos e serviços

i.) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há, até a data deste Formulário de Referência, pesquisas em andamento já divulgadas.

ii.) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2011 o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 0,9 milhões e está previsto para 2012 o investimento de R\$3,5 milhões, que serão utilizados principalmente para licenciamento ambiental das obras na ferrovia.

iii.) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há, até a data deste Formulário de Referência, projetos em desenvolvimento já divulgados, além daqueles descritos no item 7.1 deste Formulário de Referência.

iv.) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2011 o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 0,9 milhões e está previsto para 2012 o investimento de R\$3,5MM, que serão utilizados principalmente para licenciamento ambiental das obras na ferrovia.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Em 31 de dezembro de 2011, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

1.2.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

| Nome CPF | Idade Profissão | Orgão administração Cargo eletivo ocupado | Data da eleição | | Prazo do mandato Foi eleito pelo controlador |
|----------------------------------------------------------|------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------------------|
| | | | Data de posse | | |
| Outros cargos e funções exercidas no emissor | | | | | |
| Rodrigo Saba Ruggiero 160.655.238-44 | 39 Engenheiro Mecânico | Pertence apenas à Diretoria Outros Diretores | 14/02/2012 14/02/2012 | 14/02/2014 Sim | |
| Silvana Alcântara de Oliveira 134.151.178-20 | 40 Advogada | Pertence apenas à Diretoria Outros Diretores | 14/02/2012 14/02/2012 | 14/02/2014 Sim | |
| Fabiano Bodanezi Lorenzi 690.956.980-68 | 39 Arquiteto | Pertence apenas à Diretoria Outros Diretores | 14/02/2012 14/02/2012 | 14/02/2014 Sim | |
| Marcus Vinicius de Faria Penteado 078.325.177-78 | 40 Engenheiro Mecânico | Pertence apenas à Diretoria Outros Diretores | 14/02/2012 14/02/2012 | 14/02/2014 Sim | |
| Eduardo Henrique Périco 130.139.938-80 | 37 Administrador | Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (Efetivo) | 21/09/2011 21/09/2011 | 14/04/2012 Sim | |
| Elton de Campos Pássaro 265.111.718-84 | 38 Engenheiro | Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (Efetivo) | 21/09/2011 21/09/2011 | 14/04/2012 Sim | |
| Adilson César de Paula Alonso do Carmo 477.824.556-34 | 44 Administrador | Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (Efetivo) | 15/04/2009 15/04/2009 | 14/04/2012 Sim | |
| Marcello Magistrini Spinelli 197.378.918-30 | 38 Engenheiro de Produção | Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração Presidente do CA Diretor Presidente | 14/02/2012 (DE) 15/04/2009 (CA) | 14/02/2014 (DE) 14/04/2012 (CA) | |

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

| Nome | Idade | Orgão administração | Data da eleição | | Prazo do mandato |
|-----------------------------------------------------|-----------------|----------------------------------------------|-----------------|-----------------------|------------------|
| | | | Profissão | Cargo eletivo ocupado | |
| Outros cargos e funções exercidas no emissor | | | | | |
| Fernando Lopes Alcantara | 31 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 21/09/2011 | 14/04/2012 | |
| 095.701.127-00 | Economista | 22- Conselho de Administração (Efetivo) | 21/09/2011 | Sim | |
| Said Helou Filho | 52 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 15/04/2009 | 14/04/2012 | |
| | 2 grau completo | 22- Conselho de Administração (Suplente) | 15/04/2009 | Sim | |

Experiência profissional / Declaração de eventuais

Rodrigo Saba Ruggiero. É o atual Diretor de Operações da Companhia, tendo sido reeleito para tal função em 14 de fevereiro de 2012. O Sr. Rodrigo Ruggiero ingressou Vale S.A., em 8 de março de 1999, com o cargo de Engenheiro de Pátios e Terminais da EFVM (Estrada de Ferro Vitória a Minas) no Complexo Portuário de Tubarão (Vitória/ES), com experiência adquirida nas áreas de operação, circulação, planejamento e programação de transportes. Atualmente é Diretor de Operações Ferroviárias na VLI S.A. É Engenheiro Mecânico formado em 1996 na Universidade de São Paulo (USP) de São Carlos e possui MBA em Gestão pela Fundação Dom Cabral (FDC).

Em 31 de dezembro de 2011, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

A Sra. Silvana Alcântara é a atual Diretora de Desenvolvimento de Negócios da Companhia, tendo sido reeleita para tal função em 14 de fevereiro de 2012. No período de 1995 a 1998, atuou na área jurídica do Unibanco, instituição financeira, tendo atuado de 1998 a 1999 na Alcântara & Morgado Advogados Associados. De 1999 a 2000, atuou na América Latina Logística S.A. (ALL), companhia aberta que atua no setor de logística, na área de patrimônio, comunicação, meio ambiente e segurança do trabalho, tendo iniciado sua carreira na Vale S.A. como Coordenadora, em agosto de 2003. Posteriormente assumiu posições de Gerente de Concessões e Arrendamento Logístico, Gerente Geral de Administração de Vendas, Gerente Geral Arrendamento, Concessões e Administração de Vendas, Gerente Geral de Temas Institucionais e, desde junho de 2009, é Gerente Geral Regulatório Institucional Comunicação da Logística na VLI S.A. Graduada em Direito pela Universidade Paulista (UNIP), MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e MBA em Logística pela Coppead/UFRJ.

Em 31 de dezembro de 2011, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que a tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

O Sr. Fabiano Lorenzi é o atual Diretor Comercial da Companhia, sendo eleito para tal função em 15 de janeiro de 2009. De 1998 a 2002, atuou como Coordenador de Vendas na ALL- América Latina Logística S.A., companhia aberta que atua no setor de logística; e, de 2007 a 2008, como Gerente Comercial de Navegação Costeira na Log-In Logística Intermodal, companhia aberta do ramo de logística. Ingressou na Vale S.A. em agosto de 2002 como Técnico de Comercialização Sênior. Atualmente é Diretor de Marketing, Vendas e Desenvolvimento de Novos Negócios da VLI S.A. É arquiteto formado na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Pós Graduação em Gestão na Fundação Dom Cabral (FDC). Em 31 de dezembro de 2011, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

O Sr. Marcus Vinicius de Faria Penteado é o atual Diretor Financeiro da Companhia, tendo sido eleito para tal função desde 15 de janeiro de 2009. Possui mais de 11 anos de experiência no setor de Logística e está na Companhia desde 2002, onde assumiu diversas posições, tais como Gerente de Operação Portuária e Engenharia, Gerente Geral do Núcleo Comercial, Gerente Geral Marketing, Desenvolvimento de Negócios, Administração de Vendas e Financeiro da Companhia. Atuou em outras companhias abertas, tais como a Companhia de Bebidas da América- AMBEV, PAGINA: 59 de 113

companhia que atua na produção e comércio de bebidas, como Especialista de Planejamento, no período de 1999 a 2000; e o Unibanco, instituição financeira, como Gerente de Marketing, no período de 2000 a 2002. Atualmente é Diretor de Finanças e Planejamento da VLI S.A. É graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e possui MBA em Gestão na Fundação Dom Cabral (FDC). Em 31 de dezembro de 2011, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

O Sr. Eduardo Henrique Périco é atualmente membro do Conselho de Administração da Companhia. Ingressou na Vale S.A. em 2005 como Especialista de Gestão Econômica e hoje atua como Gerente Geral de Controladoria na VLI S.A. Anteriormente, trabalhou na AMBEV entre 1992 e 2005, passando pelos cargos de Analista de Preços, Especialista de Orçamento e Desempenho e Coordenador de Apuração de Resultados. É formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas de SP (FECAP), possui um MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas de Campinas (FGV) e o MBA em Negócios Financeiros no IBMEC, Rio de Janeiro. Em 31 de dezembro de 2011, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

O Sr. Elton Pássaro é atualmente membro do Conselho de Administração da Companhia, tendo sido eleito para tal função em 21 de setembro de 2011. Atuou como Gerente de Suprimentos, no período de outubro de 2004 a setembro de 2008 na Braskem S.A., companhia aberta que desenvolve atividades de petróleo, gás e químicos. Anteriormente, no período de 2003 a 2004, atuou como Gerente de Suprimentos na Whirlpool S.A., companhia aberta que atua na indústria de compressores e eletrodomésticos; no período de 1999 a 2001, como Diretor Administrativo na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN-Brasil), companhia aberta que atua no ramo da siderurgia; e de 2001 a 2003, na CSN, LLC (EUA). Atualmente é Gerente Geral Comercial Agrícola na VLI S.A. É formado em Engenharia Química pela Universidade de São Paulo (USP) e possui MBA em Negócios pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 31 de dezembro de 2011, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

O Sr. Adilson César de Paula Alonso do Carmo é atualmente membro do Conselho de Administração da Companhia, tendo sido indicado pelos empregados para tal função em 15 de abril de 2009. Iniciou a carreira em dezembro de 1986 na extinta Rede Federal Ferroviária S.A. Durante esses anos, ocupou cargos como Técnico Especializado de Manutenção e Supervisor Técnico de Manutenção. Com experiências anteriores nas áreas de montagem e desmontagem de componentes mecânicos, teste de carga em locomotivas, substituição de componentes em locomotivas, assumiu a supervisão de Reparo Leve em maio de 2008. Atualmente é Analista Operacional Pleno na Companhia. É graduado em Administração de Empresas com Ênfase em Recursos Humanos, pela Faculdade Pitágoras. Em 31 de dezembro de 2011, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

O Sr. Marcello Spinelli é o atual Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, sendo eleito como membro do Conselho de Administração em 15 de abril de 2009 e como Diretor em 26 de março de 2007. Ingressou na Vale S.A. em maio de 2002, como Gerente Geral Comercial Intermodal. No período de junho de 2002 a abril de 2005, assumiu a Gerência Geral de Operações Portuárias, e, posteriormente, de abril de 2005 a março de 2007, assumiu a posição de Diretor Presidente do Terminal de Vila Velha S.A. Também foi Presidente do Conselho da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários- ANTF. De 1999 a 2000, atuou na Companhia de Bebidas da América- AMBEV, companhia aberta que atua na produção e comércio de bebidas, como Especialista de Planejamento e, de 2000 a 2002, na Submarino S.A., companhia que atua no comércio varejista e atacadista em geral, como Gerente de Logística e Operação. Atualmente é Diretor de Logística de Carga Geral na VLI S.A. É graduado em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo (USP), possui Curso de Extensão em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Liderança para Resultados pela Fundação Dom Cabral, Senior Leadership Program pela MIT Sloan (Institute of Technology) e Skills, Tools and Competencies pela KELLOGG School of Management/ FDC- Fundação Dom Cabral. Em 31 de dezembro de 2011, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

O Sr. Fernando Lopes Alcantara é atualmente membro do Conselho de Administração. É economista formado pela Universidade Federal do Espírito Santo, bem como mestre e especialista em Logística pela mesma Instituição. Iniciou sua carreira como estagiário na Vale S.A. em 2002, após este período, trabalhou na AMBEV como analista de logística durante o ano de 2003. Após esse ciclo retornou à Vale, onde passou por diversas áreas, retornou como analista de suprimentos, após foi analista econômico financeiro, analista de programação, gerente de logística. Dessa forma, possui bastante experiência em diversas áreas da empresa e atualmente é Gerente Geral de Planejamento da VLI S.A.

O Sr. Said Helou Filho é atualmente membro do Conselho de Administração. Iniciou sua carreira na Companhia em 1979 como auxiliar de maquinista, passando para maquinista, após isso foi supervisor de operações, em um outro momento, coordenador de ocorrência ferroviária e atualmente é técnico especializado em produção, alocado em Araguari/MG.

12.7 – Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para a não prestação da informação: Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía nenhum Comitê instalado.

12.9 – Relações Familiares

Justificativa para a não prestação da informação: Em 31 de dezembro de 2011, não havia relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) Administradores da Cia; (b) (i) Administradoras da Cia, (ii) Administradores das Controladas diretas ou indiretas; (c) (i) Administradores da Cia, (ii) Administradores das Controladas diretas ou indiretas, (iii) Controladores diretos ou indiretos.

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-----------------------------------------------------------|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| Exercício Social 01/01/2011 até 31/12/2011 | | | |
| Administrador | | | |
| Marcello Magistrini Spinelli | 197.378.918-30 | Subordinação | Controladora Indireta |
| Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e de Relações com Investidores | | Empregado | VLI S.A. |
| Pessoa relacionada | | | |
| VLI S.A. | 12.563.794/0001-80 | | |

Observação

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|--------------------------------------------|--------------------|-----------------------------------------------------------|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| Exercício Social 01/01/2011 até 31/12/2011 | | | |
| Administrador | | | |
| Fernando Lopes Alcantara | 095.701.127-00 | Subordinação | Controladora Indireta |
| Membro do Conselho de Administração | | Empregado | VLI S.A. |
| Pessoa relacionada | | | |
| VLI S.A. | 12.563.794/0001-80 | | |

Observação

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do | Tipo de pessoa |
|---------------|----------|--------------------|----------------|
|---------------|----------|--------------------|----------------|

| | Administrador com a relacionada | |
|--------------|---------------------------------|--|
| Cargo/Função | pessoa relacionada | |

Exercício Social 01/01/2011 até 31/12/2011

Administrador

| | | | |
|-------------------------------------|----------------|--------------|-----------------------|
| Elton de Campos Pássaro | 265.111.718-84 | Subordinação | Controladora Indireta |
| Membro do Conselho de Administração | | Empregado | VLI S.A. |

Pessoa relacionada

| | |
|----------|--------------------|
| VLI S.A. | 12.563.794/0001-80 |
|----------|--------------------|

Observação

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---------------|----------|-----------------------------------------------------------|----------------------------|
|---------------|----------|-----------------------------------------------------------|----------------------------|

Exercício Social 01/01/2011 até 31/12/2011

Administrador do emissor

| | | | |
|------------------------------------------------|----------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Said Helou Filho | 351.137.156-20 | Subordinação Empregado | Controladora Indireta VLI S.A. |
| Membro do Conselho de Administração (Suplente) | | | |

Pessoa relacionada

| | |
|----------|--------------------|
| FCA S.A. | 00.924.429/0001-75 |
|----------|--------------------|

Observação

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do | Tipo de pesso |
|---------------|----------|--------------------|---------------|
|---------------|----------|--------------------|---------------|

| | | Administrador com a | relacionada |
|--------------------------------------------|--------------------|-----------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| Cargo/Função | | pessoa relacionada | |
| Exercício Social 01/01/2011 até 31/12/2011 | | | |
| <u>Administrador</u> | | | |
| Adilson César de Paula Alonso do Carmo | 477.824.556-34 | Subordinação Empregado | Controladora Indireta VLI S.A. |
| Membro do Conselho de Administração | | | |
| <u>Pessoa relacionada</u> | | | |
| FCA S.A. | 00.924.429/0001-75 | | |
| | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
| Cargo/Função | | | |
| Exercício Social 01/01/2011 até 31/12/2011 | | | |
| <u>Administrador</u> | | | |
| Marcus Vinícius de Faria Penteadó | 078.325.177-78 | Subordinação Empregado | Controladora Indireta VLI S.A. |
| Diretor Financeiro | | | |
| <u>Pessoa relacionada</u> | | | |
| VLI S.A. | 12.563.794/0001-80 | | |
| Empregado | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
| Cargo/Função | | | |
| Exercício Social 01/01/2011 até 31/12/2011 | | | |
| <u>Administrador</u> | | | |
| Silvana Alcântara de Oliveira | 134.151.178-20 | Subordinação Empregado | Controladora Indireta VLI S.A. |

| | | | |
|--------------------------------------------|--------------------|------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| Diretora de Desenvolvimento de Negócios | | | |
| <u>Pessoa relacionada</u> | | | |
| VLI S.A. | 12.563.794/0001-80 | | |
| | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
| Cargo/Função | | | |
| Exercício Social 01/01/2011 até 31/12/2011 | | | |
| <u>Administrador do emissor</u> | | | |
| Fabiano Bodanezi Lorenzi | 690.956.980-68 | Subordinação Empregado | Controladora Indireta VLI S.A. |
| Diretor Comercial | | | |
| <u>Pessoa relacionada</u> | | | |
| VLI S.A. | 12.563.794/0001-80 | | |
| | | | |
| <u>Observação</u> | | | |

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|----------------------|-----------------|------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| Cargo/Função | | | |

Exercício Social 01/01/2011 até 31/12/2011

Administrador

| | | | |
|-----------------------|----------------|------------------------|--------------------------------|
| Rodrigo Saba Ruggiero | 160.655.238-44 | Subordinação Empregado | Controladora Indireta VLI S.A. |
|-----------------------|----------------|------------------------|--------------------------------|

Diretor de Operações

Pessoa relacionada

| | |
|----------|--------------------|
| VLI S.A. | 12.563.794/0001-80 |
|----------|--------------------|

Empregado

Observação

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|--------------------------------------------|--------------------|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| Exercício Social 01/01/2011 até 31/12/2011 | | | |
| <u>Administrador</u> | | | |
| Eduardo Henrique Périco | 130.139.938-80 | Subordinação Empregado | Controladora Indireta VLI S.A. |
| Membro do Conselho de Administração | | | |
| <u>Pessoa relacionada</u> | | | |
| VLI S.A. | 12.563.794/0001-80 | | |
| Empregado | | | |

Observação

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-----------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| Exercício Social 01/01/2011 até 31/12/2011 | | | |
| <u>Administrador</u> | | | |
| Marcello Magistrini Spinelli | 197.378.918-30 | Membro do Conselho de Administração (suplente). | Pertencente ao mesmo grupo econômico. |
| Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e de Relações com Investidores | | | |
| <u>Pessoa relacionada</u> | | | |
| Log-In Logística Intermodal S.A. | 42.278.291/0001-24 | | |

13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia não adota uma política formal de remuneração de seus administradores, na medida em que a prática é de renúncia a toda e qualquer remuneração por parte de todos os seus administradores. Considerando que todos os administradores da Companhia integram o quadro de funcionários da nossa controladora indireta, a Vale S.A., as suas remunerações compõem o quadro de salários e benefícios da Vale S.A.

b. Composição da remuneração

- (i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um;*
- (ii) Proporção de cada elemento na remuneração total;*
- (iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;*
e
- (iv) Razões que justificam a composição da remuneração.*

A remuneração global é fixada anualmente em assembleia geral, conforme artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. Aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia é atribuído o pagamento de uma remuneração fixa. Não há pagamento de quaisquer benefícios, verbas de representação ou participação nos resultados da Companhia.

Usualmente, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia renunciam a remuneração a que fariam jus, uma vez que todos os administradores ocupam simultaneamente cargos remunerados em sua controladora indireta, a Vale S.A.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 13 (b) acima, portanto não há qualquer influência do desempenho da Companhia em suas remunerações.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração de administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 13 (b) acima, portanto não há qualquer influência do desempenho da Companhia em suas remunerações.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa, conforme descrito no item 13 (b) acima. Além disso, usualmente os administradores

da Companhia renunciam à remuneração a que fariam direito. Desta forma, não há relação relevante entre os interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia e a administração de seus administradores.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Todos os administradores da Companhia integram o quadro de funcionários (mas não de membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária) da Vale S.A., controladora indireta da Companhia. Nesta condição, a sua remuneração compõe o quadro de salários e benefícios daquela sociedade.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Em 31 de dezembro de 2011, não havia qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

| Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente em 31/12/2012 - Valores Anuais | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº de membros | 6,00 | 5,00 | | 11,00 |
| Remuneração fixa | | | | |
| Salário ou pró-labore | 42.807,27 | 35.672,73 | | 78.480,00 |
| Benefícios direto e | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participações em | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação em | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Baseada em ações | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Observação | | | | |
| Total da remuneração | 42.807,27 | 35.672,73 | | 78.480,00 |

| Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|-----------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº de membros | 6,00 | 5,00 | | 11,00 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 42.807,27 | 35.672,73 | | 78.480,00 |

| | | | | |
|--------------------------------------------|------------------|------------------|--|------------------|
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Baseada em ações | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Observação | | | | |
| Total da remuneração | 42.807,27 | 35.672,73 | | 78.480,00 |

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|-------|
| Nº de membros | 6,00 | 6,00 | | 12,00 |

| | | | | |
|----------------------------------------|-----------|-----------|--|-----------|
| Remuneração fixa | | | | |
| Salário ou pró-labore | 33.660,00 | 33.660,00 | | 67.320,00 |
| Benefícios direto e | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participações em | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |

| | | | | |
|--------------------------------------------|-----------|-----------|--|-----------|
| Remuneração | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação em | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Baseada em ações | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Observação | | | | |
| Total da remuneração | 33.660,00 | 33.660,00 | | 67.320,00 |

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|-------|
| Nº de membros | 6,00 | 6,00 | | 12,00 |

[efetivos + suplente]

| | | | | |
|----------------------------------------|-----------|-----------|--|-----------|
| Remuneração fixa | | | | |
| Salário ou pró-labore | 39.292,50 | 39.292,50 | | 78.585,00 |
| Benefícios direto e | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participações em | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação de | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Participação em | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |

| | | | | |
|--------------------------------------------|------------------|------------------|--|------------------|
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Baseada em ações | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Observação | | | | |
| Total da remuneração | 39.292,50 | 39.292,50 | | 78.585,00 |

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

| | Ações detidas diretamente (emitidas pela Companhia) | Ações detidas Indiretamente | Total |
|---------------------------|----------------------------------------------------------------|----------------------------------------|--------------|
| Conselho de Administração | 4 | 0 | 4 |
| Diretoria Estatutária | 1 | 0 | 1 |
| Conselho Fiscal | 0 | 0 | 0 |
| Total | 5 | 0 | 5 |

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não confere aos membros do seu Conselho de Administração e da sua Diretoria planos de previdência.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não é possível aferir a remuneração individual dos administradores da Companhia, uma vez que os mesmos renunciaram à remuneração que faziam jus e, desta forma, o Conselho de Administração da Companhia não realizou a alocação da remuneração global aprovada em Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Em 31 de dezembro de 2011, não havia arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

| <u>Órgão</u> | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011 |
|---------------------------|-------------------------------------------------------------|
| Conselho de Administração | 0% |
| Diretoria Estatutária | 0% |
| Conselho Fiscal | - |

| <u>Órgão</u> | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010 |
|---------------------------|-------------------------------------------------------------|
| Conselho de Administração | 0% |
| Diretoria Estatutária | 0% |
| Conselho Fiscal | - |

| <u>Órgão</u> | Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2009 |
|---------------------------|-------------------------------------------------------------|
| Conselho de Administração | 0% |
| Diretoria Estatutária | 0% |
| Conselho Fiscal | - |

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve pagamento de remuneração para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em razão da função que ocupam na Companhia que tenha sido reconhecido no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de controladas da Companhia.

Contudo, os administradores da Companhia são também empregados de sua controladora indireta. Desta forma, os administradores receberam nos 3 (três) últimos exercícios sociais pagamentos referentes à remuneração não relacionada ao exercício de cargos na Companhia, conforme tabela abaixo:

Exercício social 2011

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-----------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|-----------|
| Controladores diretos e indiretos | 3.203.435 | 4.570.695 | 0 | 7.774.130 |
| Controladas do emissor | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sociedades sob controle comum | 0 | 0 | 0 | 0 |

Exercício social 2010

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-----------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| Controladores diretos e indiretos | 3.132.720,55 | 4.271.620,92 | 0 | 7.404.341,47 |
| Controladas do emissor | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sociedades sob controle comum | 0 | 0 | 0 | 0 |

Exercício social 2009

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-----------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| Controladores diretos e indiretos | 2.257.952,37 | 2.858.584,21 | 0 | 5.116.536,58 |
| Controladas do emissor | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sociedades sob controle comum | 0 | 0 | 0 | 0 |

13.16 - Outras informações relevantes

Os valores da remuneração indicados no item 13.2 deste Formulário de Referência referem-se ao valor global anual destinado aos administradores da Companhia, conforme aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 18 de abril de 2011, 30 de abril 2010 e 15 de abril de 2009, respectivamente.